

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

ATA Nº 051

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Boa-tarde a todos.

São 15:05 horas. Daremos início a nossa audiência pública marcada para as 15:00 horas.

Convido a Deputada Estadual Verinha Araújo, membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária para compor a Mesa.

Convido para compor a Mesa: o Promotor de Justiça Célio Wilson de Oliveira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; o Coronel Orestes Teodoro de Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; o Dr. Romel dos Santos, Diretor-Geral da Polícia Civil; o Coronel Clarindo Vicente Figueiredo, neste ato representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Coronel José Guilherme; e o Sr. César Zilio, Secretário Adjunto de Gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

Neste momento quero comunicar que o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral hoje de manhã me confirmou que estaria na audiência e já informou que está chegando.

Convidamos a Sr<sup>a</sup> Edna Luzia Almeida Sampaio, Gestora Governamental da SEPLAN para compor a Mesa, neste ato representando o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, mas ele nos disse que estaria aqui para participar da Audiência Pública.

Quero convidar o Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para compor a Mesa.

Registro a presença do Sr. José Martinho Filho, Diretor Executivo do Fundo de Segurança; do Coronel Jorge Roberto Ferreira da Cruz; do Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; da Clélia Regina de Oliveira Guimarães, Superintendente Administrativa Financeira do FESP; da Gislene Santos de Oliveira, Coordenadora Administrativa do FESP; do Capitão Licínio, Assessor da Diretoria de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar; do Coronel Élcio Arduim, Diretor de Apoio Logístico.

Agradecemos a presença dos alunos a sargento da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Registramos a presença de Vilson Aguiar, neste ato representando a Senadora Serys Shessarenko; Antônia Parreira, Associação da Família Miliciana de Barra do Garças; Aluísio Freitas; Márcio Martins; da Associação da Família Miliciana de Rondonópolis, Márcia Cavalcante; Sueli Campelo, da Associação da Família Miliciana de Rondonópolis; Veronei Nogueira Sampaio, da Associação da Família Miliciana da Baixada Cuiabana; Carlos Roberto dos Santos, Presidente do Bairro Vila da Serra; Julier da Silva Leite, Perita Criminal da Secretaria de Justiça; Emídio de Souza, Presidente do Bairro Novo Paraíso, neste ato representando o grupo organizado de lideranças da periferia; Claudine Baracat, Coordenadora Criminalística; Marcos Veloso, Delegado Assessor de Planejamento da Polícia Judiciária Civil; Wilton Marques da Silva, professor da rede estadual de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

ensino, do 2º Batalhão de Bombeiros Militar; do Sargento Benedito Nilson Correa e Herculano Gomes Leão, da Associação dos Policiais Inativos; Bento Porto, ex-Deputado Federal do nosso Estado e que muito nos honra aqui. Muito obrigado por estar aqui conosco e sempre estará na história de Mato Grosso, a sua luta, sua história, seu trabalho.

Agradecemos a presença do Sargento Célio, do segundo Batalhão de Bombeiros Militar; do Coronel José Guilherme, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado, Coronel.

Neste momento, quero abrir esta Audiência Pública dizendo que o nosso objetivo como Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso é discutir o Orçamento da Segurança Pública para o ano de 2004. Este ano foi um ano da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, mas se nós temos cem por cento para melhorar, ainda melhoramos somente vinte, trinta por cento. Falta muito o que fazer.

Então, eu quero comunicar a vocês, mesmo melhorando o salário dos soldados e todos os praças, mesmo vindo para cá o novo Estatuto da Polícia Militar, o novo Estatuto da Polícia Civil, está chegando agora o Estatuto dos Servidores do Sistema Penitenciário, mesmo tendo conquistado aí um concurso interno para sargentos, estamos criando os centros integrados de segurança pública, aumentamos, fizemos um contingenciamento orçamentário este ano de quinze milhões para investir na Segurança Pública, mesmo tendo iniciado todo um projeto de trabalho, que eu tive a oportunidade de visitá-lo, que é o Grupo Especial de Fronteira, comandado pelo Coronel Salles, lá na divisa, mesmo vendo a criação da polícia técnica e científica no Estado de Mato Grosso, que será para o início do ano que vem, onde será criada, unindo peritos, legistas, papiloscopistas, enfim, todos os técnicos na área pericial, eu ainda acredito que muito tem que fazer pela segurança pública. Houve avanço, e essa Comissão de Segurança Pública que aqui é composta pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, Deputado Zeca D'Ávila, Deputado Renê Barbour e Deputado J. Barreto e que ao lado do Deputado Carlão Nascimento, que é Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, temos consciência de que a Assembléia Legislativa terá que discutir o Orçamento e melhorar o Orçamento da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Esse melhoramento depende de todos nós. Essa é uma vontade de Governo, porque não podemos negar que o próprio Governo Blairo Maggi, além do contingenciamento que fez às Secretarias, comprou viaturas com recursos próprios, através do DETRAN, e fez vários outros investimentos. Mas eu ainda acho que é tímido esse melhoramento, porque, segundo estudos que temos, o número de habitante por policial em Mato Grosso ainda não atinge, sequer, a metade das metas da ONU.

E, também, nós temos consciência de que o problema da criminalidade não iremos resolver somente com a segurança pública. Nós precisamos fazer políticas públicas que possam combater as exclusões sociais e resgatar a auto-estima dessa população para que ela possa ter uma vida mais digna. Com isso, nós eliminaremos a falta de segurança pública, principalmente nos grandes centros.

Então, ficamos muito felizes por estarmos nesta Audiência Pública.

Eu vou passar, neste momento, a palavra ao Capitão Paulo Wolkmer e ao Jorge, pois eles farão uma introdução de um trabalho, vão apresentar um trabalho sobre a nossa Audiência Pública.

E ao Capitão Wolkmer, inclusive nós ficamos felizes, deve-se esse trabalho da Comissão de Segurança Pública e Comunitária. Eu quero fazer um agradecimento pessoal a ele, que vem, desde o início do ano, trabalhando o fortalecimento da Comissão de Segurança Pública e

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

Comunitária. Amanhã, ele será premiado Major do Corpo de Bombeiros, que para nós será um orgulho muito grande.

Com a palavra, o Capitão Paulo Wolkmer (PALMAS).

O SR. PAULO WOLKMER - Deputado Zé Carlos do Pátio, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária desta Casa; Dr. Célio Wilson, Secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, em seu nome cumprimento os demais integrantes da Mesa; Deputada Verinha Araújo, única Parlamentar feminina da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O que nós vamos apresentar aqui é o resultado de uma pesquisa que, em momento algum, pretende trazer informações diferentes das que forem apresentadas tanto no Orçamento Geral do Estado, quanto no Plano Plurianual. Somos leigos. Eu tenho apenas cinco dias de PPA e de Orçamento. Conheço gente com vinte anos que ainda tem dúvida. Não será com cinco dias que dominarei o assunto. Mas aí está o trabalho de cinco dias.

A Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Casa é composta por quatro Deputados e a Deputada Verinha Araújo. O Deputado Zé Carlos do Pátio é o Presidente. O Deputado Renê Barbour é o Vice-Presidente. O Deputado Zeca D'Ávila, o Deputado J. Barreto e a Deputada Verinha Araújo são membros.

Esse trabalho que será apresentado só foi possível porque tivemos o apoio da Assessoria Técnica do gabinete do Deputado Zé Carlos do Pátio, da Assessoria Técnica do gabinete da Deputada Verinha Araújo, da Assessoria Técnica da Assembléia Legislativa, por intermédio do Sr. Nivaldo, da Assessoria Técnica da SEPLAN, através dos Srs. Willian e Paulo, da Assessoria Técnica da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, do Dr. Afrânio Araújo. Eu sou apenas um pesquisador desse trabalho.

Vamos abordar PPA e OGE.

Inicialmente, Plano Plurianual da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Demonstrativo dos programas gerais. O total dos recursos públicos previstos para o Plano é de doze bilhões e cinco milhões; e as parcerias extra-orçamentária, quatrocentos e vinte milhões; total geral, de 12,4 bilhões de reais, distribuídos assim por ano. Total de recursos públicos, nós percebemos que para os quatro anos há uma evolução do total de recursos públicos, ano a ano, dos programas gerais de Governo. No total de parcerias, percebemos que o Governo adota uma política reduzida no item parcerias e extra-orçamentárias, percebemos que os números caem relativamente. Total geral a ser aplicado. Total de recursos públicos: 12 bilhões; em parcerias extra-orçamentárias, quatrocentos e vinte milhões, totalizando 12,4 bilhões. Esse é o total dos programas gerais de Governo a serem aplicados nos próximos quatro anos.

Nós percebemos aqui em aplicações de recursos públicos nos programas de Governo, no programa de Apoio Administrativo, durante os quatro anos, ele aplicará 6,6 bilhões; nos programas finalísticos, 4,4; nos programas de gestões e políticas públicas 907 milhões, num total geral dos programas de Governo de 12 bilhões e 05 milhões de reais.

Distribuição de recursos por tipo de programa - 55% dos recursos no programa de apoio administrativo; 8% nos programas de gestões de políticas públicas e 37% no programa de apoio administrativo.

Quadro demonstrativo dos programas de Governo proporcional ao total geral do ano. Percebemos ali que no programa de apoio administrativo há um aumento na seqüência dos quatro anos e ele absorve um total de 46,38% do valor total do Orçamento.

Programas finalísticos, 39,10% dos recursos públicos. Há um decréscimo nos investimentos com recursos públicos nos programas finalísticos. Percebemos que em 2004 ele aplica

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

36,08%, em 2005 cai para 35%. Há um aumento relativo em 2006, 35,03% e em 2007 ele fecha com 35,13%, um total geral de 35,75%.

O item parcerias diminui consideravelmente, sai de 6,38% para 1,27 em 2007. Parcerias nos programas finalísticos correspondem a 3,35%.

No programa de gestão de políticas públicas, no índice recursos públicos também cai ano a ano de 2004 a 2007 e tem um total de 7,31% do total dos programas gestão de políticas públicas.

Nós percebemos que há um aumento gradual nos gastos com pessoal e encargos, há uma diminuição substancial nos recursos das parcerias e há uma redução final nos programas finalísticos e gestão de políticas públicas.

Um resumo dos objetivos estratégicos dos programas do PPA: Objetivo Estratégico 01, melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania. Do total de 05 bilhões, 770 milhões do PPA, no item programas, aplicam-se 50% no objetivo estratégico 01, que é melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania.

Objetivo Estratégico 02, que é reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade, tem a dotação de 6,8.

Objetivo Estratégico 03, promover o desenvolvimento sustentado da economia, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação do micro, pequeno e médio empreendimentos, 24,86% no total de programas do PPA.

Objetivo Estratégico 04, que é garantir o uso ordenado dos recursos naturais, visando ao desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental, 1,69% do total do PPA relacionados aos programas.

Objetivo Estratégico 05, melhorar o desempenho da gestão pública estadual, 14,53%.

Objetivo Estratégico 06, da sustentabilidade da gestão das políticas públicas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Estado, 0,87% e ligados aos Poderes, 0,40% no total de cinco bilhões, setecentos e setenta milhões dos programas do PPA.

Vamos estudar cada objetivo especificamente ligados a SEJUSP, Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Do programa de Governo: redução da criminalidade. Os recursos públicos, duzentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e seis mil, um total de recursos, o mesmo valor. Isto é, isso corresponde a um percentual total dos objetivos estratégicos de 4,48% e do percentual do total geral, 2,08%.

Ressocialização dos reeducandos e adolescentes infratores, a unidade responsável é a SEJUSP, noventa e três milhões, que correspondem a 1,63% do total dos objetivos estratégicos e 0,76% do percentual do total geral.

Redução de acidentes de trânsito. Esse valor corresponde a duzentos e trinta e seis milhões, que correspondem a 4,9% do percentual dos objetivos estratégicos e 1,90 do total geral. Então, nós percebemos aqui o maior investimento voltado para redução de criminalidade, isso justifica até mesmo por causa da Pasta, mas nós vamos fazer uma comparação no objetivo estratégico seguinte.

Nesse objetivo estratégico concentra a maior parte dos programas da Secretaria. Nós temos um outro programa, se não me falha a memória, no Objetivo Estratégico 5.

O Objetivo Estratégico 2, que é reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade social, a Secretaria, a SES, no Programa Meu Lar, tem um total correspondente a 5,68% do total dos Objetivos Estratégicos, que corresponde a 2,64% do total geral. E o Programa

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

Nossa Terra, Nossa Gente corresponde a 0,32%. É só para fim de ilustração, mostrar os programas dentro de cada objetivo.

Também não tem nenhum da unidade responsável SEJUSP, mas o Programa Estradeiro corresponde a um dos grandes percentuais dos Objetivos Estratégicos do Programa de Governo, correspondente a 16,17% dos Programas de Governo previstos no PPA.

O Programa Estradeiro corresponde aos recursos públicos de 774 milhões, corresponde a 16,17% do percentual do total dos Objetivos Estratégicos.

O Objetivo Estratégico 4, tem os Programas de Governo: Gestão de Recursos Hídricos, Educação Ambiental Integrada e Gestão de Recurso da Fauna e Flora. Nós temos aqui valores correspondentes ao total dos programas previstos no PPA. E é só para fazermos uma análise crítica, uma auto-análise, cada qual verificando os investimentos, se estão sendo empregados dentro desse objetivo estratégico especificamente.

Objetivo Estratégico 5 é o que apresenta o outro programa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com recursos públicos na ordem de vinte e três milhões e trezentos e cinquenta e oito mil reais, que corresponde a 0,40% do total dos objetivos estratégicos e 0,19% do total geral.

Só para fins de ilustração, por analogia, e para termos uma noção, na gestão da tecnologia da informação, a CEPROMAT leva 4,21% do total dos objetivos estratégicos.

O Objetivo Estratégico 6, só para fins de ilustração, não tem nenhum objetivo da área.

Programas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Outros Poderes: Tribunal de Contas é 0,10%, Tribunal de Justiça é 0,01%, os programas respectivos a cada um desses três poderes... Se bem que o Tribunal de Contas não é um poder, mas para fins orçamentários ele é dotado dessa maneira. E a Assembléia Legislativa é 0,29% do total dos objetivos estratégicos e 0,19% do total geral.

Total do PPA, na área de programas, cinco bilhões, setecentos e setenta milhões e desses recursos, doze milhões de recursos públicos, quatrocentos e vinte milhões de parcerias extra-orçamentários, totalizando 12,4 milhões de reais.

Isso é o que nós tínhamos a apresentar, é um resumo de um estudo feito, uma análise dos programas de Governo dentro dos seis objetivos estratégicos colocado no PPA.

Vamos, então, abordar agora sobre o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2004. O total geral do Orçamento para o ano de 2003 foi de 3,4 bilhões de reais e para 2004 subiu, teve uma variação percentual de 25,47%, de quatro bilhões e trezentos e um milhões, no total geral da SEJUSP no ano de 2000. O total geral é do Estado. Esse aí é o total geral do Orçamento da Secretaria. No ano de 2003 é de trezentos e quarenta e dois milhões de reais, que correspondia em percentuais ao Orçamento do Estado a 9,99%. Em 2004 esse valor subiu para quatrocentos e oito milhões de reais, o que corresponde ao total do Orçamento do Estado deste ano, que caiu 0,48%. Absolutamente, ele aumentou, em valores absolutos, 19,41%. Mas, em relação ao proporcional, ele caiu.

O Orçamento total da SEJUSP por unidade. As unidades orçamentárias da SEJUSP são em número de... Tem ali a SEJUSP como órgão administrativo, ela teve um valor de 23 milhões e em 2003 subiu para 29 milhões. Em 2004, a Polícia Militar, de 108 milhões foi para 125 milhões, a Polícia Judiciária Civil de 59 milhões para 72 milhões, o Corpo de Bombeiros de 14 milhões para 15 milhões, o DETRAN de 55 milhões para 71 milhões, o Fundo Estadual de Segurança Pública de 80 milhões para 91 milhões, o FUNPEN é interessante, ele caiu de 112 milhões para R\$8.233,00. O FREBOM, em valores absolutos no momento, mas proporcionalmente

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

é um valor, se nós olhamos com relação às outras unidades orçamentárias, ainda é pequeno em função da sua estrutura. Aí de trezentos mil para trezentos milhões setecentos e quinze mil oitocentos e dez reais; valores absolutos, eles tiveram as seguintes variações: da SEJUSP, de 2002 para 2003 para 2004, vinte e um e oitenta e seis da SEJUSP; 15,08% na Polícia Militar; Polícia Judiciária Civil, 23,22%; Corpo de Bombeiros, 9,62%; DETRAN, 28,05%; o FESP, 13,55%; caiu o Fundo Penitenciário, 92,68%; e o FREBOM foi a unidade orçamentária que teve o maior índice em valores absolutos, 1.138,06% de aumento com relação ao ano de 2003.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Volte lá. Quero só fazer a observação de que o aumento do Orçamento foi de 25% este ano. Nenhum dos setores da Segurança Pública teve a média do aumento do Orçamento do Estado de Mato Grosso. Só o DETRAN que teve 28%, o restante foi bem abaixo do crescimento do Orçamento de Mato Grosso.

O SR. PAULO WOLKMER - Agora no PPA, nós vamos acompanhar, esse quadro, ele pode ser carregado nesse aspecto, mas é necessário, porque para nós fazermos algumas análises reais, é preciso do quadro real, e eu não encontrei dentro da minha inteligência limitada outra condição de explicar todos esses números em uma transparência apenas.

Então, vamos às análises: este é um quadro da unidade 19101, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Para o Fundo da Segurança Pública, o valor orçado é de 21 milhões para 2003, esse número em amarelo que correspondia, na época, a 31,89% do Orçamento da SEJUSP teve um incremento, subiu para 27 milhões em 2004, o que dá, em avaliação absoluta, 23% com relação ao Orçamento proporcional da SEJUSP na ordem de 1,72. Agora, em relação ao Orçamento do Estado, proporcionalmente falando, ele caiu 1,21%. Isso é a função segurança pública. E a função previdência social é uma informação interessante, depois até os técnicos poderão explicar o porquê dessa queda, para onde é que foram os aposentados, por exemplo, dessa Secretaria, porque ele caiu em números consideráveis de um bilhão e novecentos milhões para um bilhão e oitocentos milhões, correspondendo absolutamente a uma queda de 1,82, em relação a SEJUSP, 19,44 de queda, e em relação ao Orçamento do Estado, 21,75%.

A subfunção previdência do regime estatutário também teve uma queda em relação ao Orçamento na ordem de 21,75%. Saiu de um bilhão e novecentos para um e oitocentos em 2004. Queda absoluta de 1,82 em relação ao Orçamento da SEJUSP de 19,44, e do Estado de 21,75%.

Vamos analisar agora uma outra unidade orçamentária. Na Polícia Militar, a função segurança pública também caiu proporcionalmente 8,23%. Nós percebemos aqui que todos os outros valores giram em torno disso, os programas estão dentro dessa função.

Unidade Orçamentária Polícia Civil. A função segurança pública, de quarenta e três milhões, subiu para cinquenta e um milhões, deu um aumento, uma variação em valores absolutos de 16,77%, um aumento absoluto de 16,77%, e em relação ao Orçamento anterior da Polícia Judiciária Civil, ele caiu 5,24%, e ao Orçamento do Estado, 6,94%.

A função previdência social, nessa unidade orçamentária, teve um incremento em valores absolutos de 42%, proporcionais à Justiça e Polícia Judiciária Civil, 15,24, e ao Orçamento do Estado, proporcionalmente falando, de 13,17%.

Na unidade orçamentária do Corpo de Bombeiros, a função segurança pública teve uma queda absoluta em valores absolutos de 0,31%, proporcionalmente ao Orçamento anterior da corporação de 9,06%, e ao do Estado de 20,55%, correspondente ao Orçamento do Estado.

Um outro item aqui é a previdência do regime estatutário. Também teve uma queda de 6,62% em valores absolutos; 14,82%, em relação ao Orçamento do ano anterior; 25,58%, em relação ao Orçamento do Estado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Observamos também que Pessoal e Encargos Sociais da unidade Corpo de Bombeiros teve um incremento absoluto de 9,84%, proporcional à instituição, 0,20%, e em relação ao Orçamento do Estado caiu 12,63%.

Na unidade orçamentária do Departamento Estadual de Trânsito, há informações interessantes que nós temos que observar. Em 2003 não havia a subfunção tecnologia da informação. Ela foi criada para o ano de 2004, no valor de cinco milhões de reais, o que corresponde a 7,04% do valor do Orçamento do DETRAN.

A subfunção Comunicação Social, que existia em 2003, deixa de existir no ano de 2004.

O Programa Gestão da Tecnologia de Informação, que não existia em 2003, é criado com o valor de cinco milhões de reais também, para o ano de 2004.

O Programa Redução de Acidentes de Trânsito, também que não existia no âmbito de 2003, é criado no âmbito de 2004.

Informação interessante é a de que Outras Despesas Correntes do DETRAN teve em valores absolutos 14,28% de incremento; em valores proporcionais do DETRAN decresceu na ordem de 10,75%; e do Estado, em valores negativos, de 08,92% do Orçamento do Estado.

E com relação a Pessoal e Encargos, o Orçamento do DETRAN que em 2003 era de cinco milhões, oitocentos e doze mil, vai para treze milhões, quatrocentos e quarenta mil em 2004. Há um aumento considerável na área de Pessoal e Encargos Sociais. Absolutamente há um aumento de 131,22%; proporcional ao Orçamento do DETRAN de 80,58%; e ao Orçamento do Estado de 84,28%.

Fundo Estadual de Segurança Pública. Algumas informações... Comunicação Social, que foi extinta na subfunção da Polícia Militar, como nós observamos, ela aparece aqui em 2004 com valor de dois mil reais. A Tecnologia da Informação com valor de dois mil reais, e a Comunicação Social com valor de mil reais para o ano de 2004.

A subfunção Policiamento é responsável por 168,31% da variação absoluta do aumento de 2003 para 2004, correspondendo a 136,30% do proporcional do FESP, e 113,84 % do proporcional no Orçamento do Estado. Essa é a subfunção Policiamento. Nós podemos ver aqui que é uma subfunção importante no contexto do FESP, interessante também de ser analisada.

A subfunção Custódia e Reintegração social, que em 2003 era de três milhões, duzentos e dezesseis mil, sobe em 2004 para seis milhões e dez mil... Desculpem-me, são nove milhões. Ele cai para seis milhões, em 2004. Essa queda é na ordem de 34,79%, absolutos. Proporcional ao FESP, 99,95%; 42,57% proporcional ao Orçamento do Estado, 48,03%, a subfunção custódia e reintegração social...

Quanto aos Programas de Apoio Administrativo, Policiamento Civil e Judiciário, Preventivo e Comunitário, Prevenção e Atendimento a Sinistros e Emergências, de Apoio Técnico Científico à Ação Policial, Sistema Estadual Penitenciário, Gestão da Tecnologia de Informação, Cooperação Social para Prevenção da Violência e Drogas, Ressocialização dos Reeducandos e Adolescentes Infratores, aconteceu o seguinte: em 2003, aos que existia apoio administrativo, até o item do Sistema Estadual Penitenciário, em 2004, deixará de existir. Os Programas Gestão da Tecnologia, Operação Social para Prevenção da Violência e Drogas e Ressocialização dos Reeducandos Adolescentes Infratores passam a existir em 2004. Esses programas não existiam no ano de 2003.

Um item interessante, o Programa Redução da Criminalidade surge em 2004 com o valor de oitenta e cinco milhões de reais. Esse justifica o objetivo principal da subfunção Policiamento. São os mesmos valores. Há um programa dessa subfunção, os mesmos valores que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

estão na ordem de oitenta e cinco milhões de reais com esses projetos. Alguns são projetos, outros são atividades.

Agora, o que nos chamou bastante atenção? O Projeto Ações Integradas de Responsabilidade Qualificada é responsável por 50,46% dos recursos do FESP. E os outros projetos aparecem com valores na ordem de mil reais. Tecnicamente, depois, poderá ser explicado isso, mas aparece na ordem de mil reais por cada projeto.

E o Projeto Manutenção e Coordenação das Ações de Policiamento Ostensivo aparece em 2004 com o valor de vinte milhões, que correspondem a 23,70% do Orçamento do FESP.

Nós podemos ver aqui outras despesas correntes. Ela que, em 2003, tinha um valor de cinquenta e três milhões, passa, em 2004, ao valor de cinquenta e seis, corresponde esse valor a 61,33% do Orçamento do FESP, que corresponde absolutamente a 5,05% de aumento, mas proporcional ao do FESP, cai 7,48, e a do Estado, 16,26%.

FUNDEN. Esse Fundo - uma análise ignorante da minha parte - parece que o Fundo está extinto ou está em extinção, porque os valores de cento e doze milhões caem para oito mil, duzentos e trinta e três, 92,68% de valores absolutos. Aparentemente, um fundo em extinção, ou não, mas os números caíram consideravelmente.

Outras despesas correntes caem também de sessenta e um milhões para oito mil, duzentos e trinta e três, corresponde a 86,64% absoluto; 89,36 proporcional ao do Orçamento do Estado.

FREBOM. Essa é a última unidade orçamentária da Secretaria. Nós estamos analisando aqui função, subfunção e programas.

O FREBOM. A função Saúde que existia, em 2003, com trezentos mil, deixa de existir em 2004.

A subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial também deixa de existir em 2004. O que é interessante, a subfunção Defesa Civil, que não existia no 2003, passa a existir com três milhões, setecentos e quinze mil no ano de 2004.

A Gestão da Tecnologia de Informação, que não existiu em 2003, passa a existir em 2004 com cem mil reais. Muito interessante.

Despesas de capital caem em valores proporcionais ao FEBROM, mas aumenta consideravelmente em valores proporcionais ao Orçamento do Estado na ordem de 726%.

Grupo de despesa - os recursos diretamente arrecadados pelos órgãos da administração indireta não existiam em 2003 e passam a existir no valor 500 mil, em 2004, corresponde a 13,46%.

Outras despesas correntes também não existiam e passam a existir, em 2004, com 410 milhões.

Investimentos passam a existir na ordem de 90 milhões.

Transferência recursos decorrentes de serviços relativos a trânsito passa a existir, em 2004, com 02 milhões 915 mil, corresponde a 78,47% do Orçamento do FREBOM.

E investimentos, que também não existiam em 2003, passam a existir, em 2004, com 428 mil reais. Essa é uma análise...

O Fundo cresceu em relação ao Orçamento do Estado 726%, saiu de 300 mil e foi para 3 milhões 715 mil.

Na área de investimentos, que era de 50 mil em 2003, em 2004 vem para 518.350, teve uma queda proporcional ao do ano anterior na ordem de 16,30%. Lembrando novamente que do total do Orçamento Geral do Estado o aumento é na ordem de 25,47%.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Agora vamos analisar os quadros por categoria econômica de grupos de despesas. Aqui nós observamos a unidade Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Os recursos da Fonte 100 caem de 2,88% proporcionalmente - os recursos ordinários do Tesouro na Secretaria caem nesse valor.

Polícia Militar - os recursos da Fonte 100 caem 15,08% em valores absolutos e 8,28% em valores proporcionais.

Polícia Civil - os recursos aumentam em valores absolutos, 23,22%, e caem em valores proporcionais, 1,79%. Saem de cinquenta e nove milhões para 2003 e vem para setenta e dois milhões no ano de 2004.

Corpo de Bombeiros. Categoria econômica. Despesas Correntes: aumenta 99,41% em relação ao Orçamento dos Bombeiros, do Estado, 0,37%; em valores absolutos, 9,06%. Em relação ao Orçamento do Corpo de Bombeiros, cai 0,51% e Orçamento do Estado, caem 13,08%, Despesas Correntes. Despesa de Capital, que é um incremento considerado.

Grupo de Despesa. O que mais nos chama a atenção. Outras Despesas Correntes, o que em 2003 era duzentos e noventa e três mil, ela vem para duzentos e dez mil reais em 2004, queda de 28,36% dos valores absolutos e 42,88% em valores proporcionais.

Ali é interessante também. Pessoal e Encargos, há uma queda de 46% dos valores proporcionais e Outras Despesas Correntes, atinge uma rubrica de 42,88% proporcional; 28,33% em números absolutos.

DETRAN, categoria econômica. O DETRAN o que nos chama a atenção aqui. Outras Despesas do DETRAN caem também de quarenta e cinco milhões para... Não, ela aumenta absolutamente e cai em números proporcionais. Absolutos, ela aumenta 14,28%. Proporcional ao Orçamento do DETRAN do ano anterior, ela cai 10,75% e ao do Estado, 8,92%.

Do FESP, um quadro síntese. Recursos ordinários do Tesouro, que era em 2003, vinte milhões, em 2004, ele cai para 1,7 milhões, tem uma queda de 93,02% do FESP em 2003 para 2004 no item Recursos Ordinários do Tesouro.

Convênios firmados pelo FESP - Fundo Estadual de Segurança Pública na ordem de 18 milhões em 2003, ele sobe para 45 milhões em 2004, um incremento de 139,41% - esse é recurso federal. Convênios firmados pelo FESP - Fundo Estadual de Segurança Pública dá um total proporcional ao Orçamento do Estado de 90,81%. O FUNPEN, aquele que nós já havíamos comentado, o Orçamento de 112.514 para 2003, ele cai para R\$8.233,00, o total; há uma queda em valores absolutos de 92% e proporcional de 94%. O FREBOM é o Fundo que surge no Corpo de Bombeiros a partir de 2002. Em 2003 ele estava com o Orçamento total de trezentos mil reais, sobe para três milhões, setecentos e quinze mil, oitocentos e dez reais. Então, variam só os números absolutos de R\$1.138,50, isso proporcional ao Orçamento do Estado, na ordem de 887,16%.

Aqui nós observamos neste quadro geral da Segurança, queda acentuada nos Recursos Ordinários do Tesouro, de 9,41% para 13,79%. Pessoal e Encargos, de 211 milhões de reais para 255 milhões de reais. Incremento em números absolutos de 20% e em números proporcionais há uma queda em relação à categoria, de um aumento de 1,29% e ao Orçamento do Estado há uma queda de 3,60%.

Do total geral da Segurança Pública nós observamos que os valores, o total geral de 342 milhões de reais para 408 milhões de reais há um aumento absoluto em relação ao Orçamento de 19,41%. Proporcional, ele é negativo, ele é de 4,83%, um resumo do Orçamento previsto para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Muito obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço o Capitão Paulo Wolkmer.

Na verdade, números quando são técnicos, de certa forma, é um pouco cansativo. O que pudemos ver, para abrir o debate, é que o Orçamento da Segurança Pública reduziu do ano passado para este ano. A questão é clara. E os repasses do Governo Federal foram aumentados, com isso a redução não foi tão acentuada. Então, compete a nós a responsabilidade, quando eu falo que reduziu, reduziu de forma proporcional, não de forma absoluta. O que é absoluta, o que é proporcional? Na forma absoluta, ele aumentou porque houve um aumento de 25% na arrecadação do Estado mas na forma proporcional, quer dizer, enquanto o Orçamento do Estado cresceu 25%, o Orçamento da segurança cresceu 19%. E em todos os setores houve redução, desde a questão salarial, quanto a questão de investimento, quanto a manutenção da estrutura da Secretaria.

Neste momento, registro a presença do Secretário de Estado e Planejamento, Yênes Magalhães; do Sr. José Lindomar, Delegado da Polícia Civil; do Sr. Joel José dos Santos e do Sr. Itamar Nogueira, policiais militares aposentados; e do Sr. Márcio Correa Godoy, Presidente da Associação dos Peritos Criminais do Estado de Mato Grosso.

Primeiramente, eu quero ouvir o Secretário Yênes Magalhães, depois o Secretário de Segurança Pública, os Deputados e também quero que abra a inscrição, pelo menos, de uma por categoria, uma intercalação de dois minutos para fazer seus pleitos, para que nós possamos registrar e fazermos os encaminhamentos na Comissão de Segurança Pública.

Com a palavra, o Secretário Yênes Magalhães.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Boa-tarde a todos!

Presidente desta audiência pública e da Comissão, Deputado Zé Carlos do Pátio...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Deputado Nataniel de Jesus para tomar assento junto à Mesa.

Continua com a palavra, o Secretário Yênes Magalhães.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Deputado Nataniel de Jesus; Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, nosso particular amigo Secretário Célio Wilson, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Corpo de Bombeiro, Polícia Militar, Polícia Civil, assisti atentamente à apresentação, só que, na verdade, são números, como foi dito pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, frios, que não traduzem a realidade. Primeiramente, nós temos que levar em consideração que esse comparativo é do Orçamento inicial de 2003 com o Orçamento inicial proposto para 2004. Na verdade, a Assembléia Legislativa vai discutir, não aprovou o Orçamento.

Então, o Orçamento inicial de 2003 era fictício para Mato Grosso e começou com um déficit de trezentos e dez milhões. Por isso, foi necessário promovermos o primeiro contingenciamento de 50% de custeio e investimento e o segundo contingenciamento de mais 15% feito há dois meses. Isso foi muito importante porque, como nós não tínhamos elaborado o Orçamento 2003, nós não sabíamos onde estava definida a questão das prioridades, e foi muito interessante.

Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência participou de várias audiências, quando nós fizemos os fóruns regionais em Mato Grosso, foram dezesseis fóruns, para ouvirmos a sociedade. Aquilo só serviu para corroborar com uma coisa que nós já sabíamos. É interessante dividir o Estado e ouvir cada parte deste Estado. A maior reivindicação da população mato-grossense era segurança pública. A partir do momento que houve contingenciamento retirando de todas as Secretarias... Eu acabei de dar um exemplo aqui para o Coronel Oliveira, a Secretaria de Planejamento que tinha um Orçamento inicial em 2003 de dezesseis milhões, está fechando com seis

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

milhões. Isso porque era necessário que nós estabelecêssemos o que era prioridade no Governo Blairo Maggi. E a prioridade, sem dúvida alguma, passou a ser a questão da segurança pública, senão não teríamos um incremento da ordem de mais de quarenta milhões na Secretaria de Segurança, em todas as suas Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros. Aí, tem tudo, tem a questão desde um policial, cujo menor salário hoje é de mil reais, como também tem a questão da aquisição de quatrocentas e cinquenta viaturas, feita pelo sistema, através da possibilidade que o DETRAN proporcionou, mas serviu só para nós reorientarmos o Orçamento do Estado, atendendo a real necessidade da população, que era a segurança pública.

Para o ano de 2004, tem alterações significativas na questão do Orçamento. Primeiro, nós temos algumas coisas que pegam no Orçamento de 2004. A primeira delas é que nós não fizemos um Orçamento superestimado, nós fizemos um Orçamento em cima do real. Sabemos que haverá, sem dúvida alguma, excesso de arrecadação, e todo excesso que houver vai ser para investimento no Estado de Mato Grosso. Então, nós fizemos pela primeira vez um Orçamento extremamente real, atendendo às necessidades. Por isso, nós encontramos ali abertura de rubricas com mil reais para determinadas atividades, e sabemos que isso não é nada. Mas assim começa-se o ano, em cima do estabelecimento das prioridades pelo Sr. Governador Blairo Maggi, e será feito remanejamento para essas funções.

A saúde que até este ano contempla 10,33% do Orçamento, a partir do ano que vem, em razão de uma lei nacional, passa a ser 12% do Orçamento do Estado para a saúde.

A UNEMAT teve um incremento a mais, cumprindo determinação legal.

A conta gráfica, a dívida do Estado, ano que vem, nós pagaremos um maior percentual. Quando foi feita a repactuação, essa conta foi dividida. A dívida do Estado foi pactuada para quarenta anos, e nos cinco primeiros anos nós pagamos uma conta um pouquinho a mais, e ano que vem é o último ano desses cinco anos. Em 2005, ela baixa um pouco, fica na ordem de cento e cinquenta milhões e depois volta a crescer.

Então, ano que vem nós pagaremos muito. Nós vamos pagar aproximadamente 23% da arrecadação do Estado somente com dívida pública do Estado de Mato Grosso.

E, também, o incremento a partir de 2004 da FAPEMAT e do FEPEP, que é o Fundo de Ensino Profissionalizante. A FAPEMAT é a ordem legal, a ordem judicial, porque o Estado tinha argüido a inconstitucionalidade disso, e partir do ano que vem ela vai estar em vigor.

Eu queria chamar a atenção de todos com relação a esta questão que foi colocada na apresentação da tecnologia de informação e gestão de tecnologia de informação. Não é que ela não existia antes, ela não estava caracterizada. O Estado sempre investiu em tecnologia de informação e em gestão de tecnologia de informação, mas nunca existiu. Quando se precisa, Deputado Zé Carlos do Pátio, fazer um incremento, ou estabelecer um novo sistema, a conversa é sempre uma, é única: não tem dinheiro para isso.

Na verdade, nós obtivemos do Governador Blairo Maggi autorização para criarmos o elemento despesa. Cada Secretaria, seja para aquisição de equipamentos, seja para aquisição de programas, tem que estar caracterizada em tecnologia de informação ou em gestão de tecnologia de informação. Daí, nós pudemos detectar que para o Orçamento, para o PPA 2004/2007, para quatro anos, nós temos algo próximo a trezentos milhões para essa área. E isso não existia antes.

Então, qual era o objetivo? No primeiro momento, era uma parte da gestão do Estado, de estabelecermos que todos têm que ter esse elemento de despesa. Nós criamos o Conselho Estadual de Tecnologia de Informação e o Comitê que irá gerir isso. O Comitê é formado por representantes de todos os órgãos do Estado. E esse Comitê, a partir do momento que definir... Hoje,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

no Estado, no Sistema Estadual de Informação, o que nós temos, infelizmente, são bancos de dados. A Secretaria de Saúde tem um, a Secretaria de Educação tem outro, a Secretaria de Fazenda tem outro. Cada órgão tem um banco de dados. E essa linguagem tem que ser uniforme. Todo sistema de informação do Estado tem que estar em uma única base. E isso não ocorre hoje. Para que isso ocorra, nós conseguimos essa autorização do Governador e, a partir de 2004, aquele órgão que não seguir orientação, nós brecamos o Orçamento dessa secretaria. O objetivo é esse, fazer com que o dinheiro público seja bem gerido, para que possamos atender a necessidade do Estado de uma forma uniforme.

Com relação à questão do convênio com o Governo Federal, eu acho que nesse ponto o Secretário Célio Wilson poderá dar mais esclarecimentos. Mas, desde já, Secretário, como Secretário do Governo Blairo Maggi, eu quero parabenizar Vossa Excelência e toda a sua equipe, porque se foi possível projetar para o ano que vem recursos do Governo Federal, foi pela competência da sua equipe ter elaborado - eu tomei conhecimento - mais de sessenta e três projetos. O Estado é um dos que está mais avançado em elaboração de projetos, que levou proposta, que levou proposição ao Governo Federal, para que ele possa investir mais nessa área no Estado de Mato Grosso.

Eu quero agradecer a oportunidade e prestar alguns esclarecimentos. Há muitas alterações, Deputado Zé Carlos do Pátio, sobre as quais, na verdade, faltam esclarecimentos. Vontade existe. Isso é o que eu vejo de mais importante, senão não seria feito o que foi feito nesse ano.

Então, da parte do Governador Blairo Maggi, o Orçamento pode até, percentualmente, para a segurança pública ser menor do que o Orçamento de 2003, mas é o Orçamento inicial. O que precisamos é fazer um comparativo do final de 2003 com o final de 2004, porque aí veremos realmente onde foram estabelecidas as prioridades.

Eu tenho sempre aproveitado todas essas audiências que a Assembléia Legislativa está fazendo. Eu estou participando de todas elas. Tenho sempre colocado, Deputado Carlão Nascimento - Vossa Excelência sabe disso -, que este é um ano de eleição, eleição de prioridade, então, é a sociedade, são vocês que vão dizer o que é prioridade para o Governo.

Nós elaboramos um projeto, é uma proposta, não veio nada pronto para esta Casa, é uma proposição, e cabe, neste momento, com esse trabalho que a Assembléia Legislativa está fazendo, ouvir a população, estabelecer onde é prioridade, porque necessidade nós temos. Nós tivemos audiência da cultura, o pessoal quer o dobro de recursos. Nós tivemos audiência da educação, que quer mais dinheiro. Ciência e tecnologia quer mais recurso. Quer dizer, tem essa dificuldade.

Então, precisamos, nesse momento, estar imbuídos de muita força de vontade. E aí eu quero parabenizar a Assembléia Legislativa, em nome do Presidente desta Comissão, por esse trabalho que está sendo feito, de discutir com a sociedade para que possa estabelecer o que é prioridade. Sem dúvida alguma, esse remanejamento será feito com muita habilidade e capacidade pela Assembléia Legislativa, e o Governo do Estado, via todas as Secretarias, principalmente a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, coloca-se com seus técnicos, que estão aqui presentes, à disposição para que possamos adequar cada vez mais e trazer para a sociedade um Orçamento mais próximo da sua necessidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu agradeço ao Secretário Yênes Magalhães.

Comunicamos as presenças do Sr. Nelson Borges, neste ato, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; da Srª Patrícia Fachone, Superintendente da Perícia de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Identificação; do Sr. Roserval Rodrigues dos Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário; do Sr. Vicente Miguel, Presidente da Associação dos Inativos da Polícia Militar.

Eu quero deixar uma preocupação, porque se esse estudo foi em função do Orçamento inicial do ano passado e houve incremento, imaginem, então, o que será o Orçamento da Segurança Pública. Vocês entenderam? Nós fizemos em função do Orçamento do ano passado, que era um Orçamento aquém da realidade.

O Governador fez um incremento. E nós fizemos o comparativo em cima do Orçamento que, segundo o Governador, era baixo. E está nessa situação. Imagine se você fizesse o comparativo em função daquilo que foi realizado esse ano, seria muito mais baixo ainda. Vocês entenderam o raciocínio que eu quis colocar? Se fôssemos fazer o estudo em função daquilo que o Governador investiu em segurança pública, a realidade seria ainda pior, quer dizer, a queda do Orçamento da Segurança seria pior.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - É totalmente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - É o contrário. O Orçamento executado é muito maior do que o inicial.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não. O senhor não está entendendo. Eu estou dizendo o seguinte... Eu estou colocando aqui a seguinte análise: o executado está sendo maior do que o orçado, mas nós comparamos com o Orçamento orçado, não o executado. Se comparássemos com o executado... Vamos supor, a partir do momento que você pegar o incremento do Orçamento, que foi de 25%, pega aquilo que você realizou este ano, aquilo que vocês incrementaram e realizaram neste ano e joga 25%... Pega o que vocês realizaram este ano. Supondo, quanto você acha que foi realizado neste ano no Orçamento? Deve ter sido de quanto neste ano? Vocês estão entendendo o meu raciocínio? Se você pegar o Orçamento realizado este ano e jogar 25%... Quer dizer, o Governador aumentou... Por exemplo, o Orçamento do ano passado, Capitão, foi de 350 milhões, não foi? Vocês entenderam o raciocínio? O certo, já que o Governador está querendo aumentar o Orçamento, seria ele jogar 25% em cima daquilo que ele investiu e daquilo que ele contingenciou este ano.

Com a palavra, o Secretário Célio Wilson de Oliveira.

A Deputada Verinha Araújo quer fazer um adendo e depois eu passo a palavra para o Secretário Célio Wilson.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Eu vou ajudar nos dados, para depois ouvir o Secretário.

Nós temos aqui a dotação atualizada da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de janeiro a agosto de 2003.

A Segurança Pública atualizou em 259 milhões e a Judiciária em 201 milhões. Na verdade, até agosto, já haviam sido executados na Segurança Pública 63%, e na Judiciária 62%, ou seja, na verdade, aqui já teriam 330 milhões executados de janeiro a agosto, praticamente esse inicial de 2003. Então, por isso a necessidade de acréscimo, até respondendo a sua indagação, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu sou matemático. Vamos supor que neste ano o Governador Blairo Maggi vai gastar 400 milhões em segurança pública. Se ele vai gastar 400 milhões em segurança pública neste ano e o Orçamento do ano que vem é de 408 milhões, chega a ser 2% só de incremento. Vocês entenderam o meu raciocínio?

Se o Governador chegar este ano e fizer um discurso: “Eu gastei quatrocentos milhões em segurança pública”. Parabéns, Governador! Vossa Excelência gastou quatrocentos

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

milhões. Mas se a receita aumentou 25%, não poderiam ser quatrocentos e oito. Quatrocentos e oito é aumento de 2%. Vocês entenderam o meu raciocínio? Então, nessa análise que eu tive agora, o certo seria 25% de quatrocentos, ia para quinhentos milhões de reais o Orçamento da segurança pública, no mínimo, que seria o ideal.

Com a palavra, o Secretário Célio Wilson de Oliveira, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Boa-tarde a todos, Sr. Deputado Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, Deputado Zé Carlos do Pátio, através de quem eu cumprimento os demais Deputados, o colega Yênes Magalhães, saúdo o Dr. Romel, Diretor-Geral da Polícia Civil, Coronel Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel José Guilherme, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Dr. César Zílio, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira, as demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Eu não sou especialista em Orçamento, também não tenho tanta facilidade com números. Acredito que em cinco dias não aprenderia muita coisa, nem me sujeitaria a tentar demonstrar algum raciocínio lógico a partir de um estudo realizado no Orçamento, no PPA, em apenas cinco dias. É muito pouco tempo, Capitão.

Existem alguns detalhes que devem ser considerados e que o Secretário Yênes Magalhães colocou aqui.

Eu gostaria só de colocar uma situação, Secretário Yênes Magalhães, repensando o que o senhor disse de que até então o Orçamento da Segurança Pública era pura ficção. Até 2003 estimava-se de maneira quase que aleatória, ou estrangulando as necessidades para adequar os números ao interesse dos governantes, das pessoas que estavam ali à frente da gestão pública.

Esse Orçamento é o primeiro do Governo Blairo Maggi.

Foi questionado aqui, ainda sem fundamento, aumentou aqui, diminui ali, se comparado com esse ou outro órgão. Fica claro, tentou-se colocar, ainda que utilizando de subterfúgios, que segurança pública não é prioridade.

Primeiro, segurança pública não se restringe à atividade policial. Segurança pública é muito mais. É preciso investir maciçamente em geração de emprego, em geração de renda, em saúde, em educação, em habitação, em várias frentes, porque são várias ações que interferem diretamente na questão segurança pública.

Então, não nos interessa muito se aumentou aqui ou se reduziu ali, comparado com o global. Efetivamente, em números absolutos, conforme se constatou, há sim um incremento do Orçamento. O maior incremento estaria ali na questão pessoal e convênios. São recursos provenientes, mais precisamente, do Governo Federal, mas vêm de outras esferas governamentais.

O Orçamento sempre foi visto como uma peça já - como o Sr. Yênes Magalhães colocou - de ficção para às vezes orientar, se realizado ou não, dependendo da vontade do governante. Tanto isso é verdade que se nós pegarmos... Isso fez parte, inclusive, do material utilizado na elaboração do nosso planejamento estratégico, que nos últimos dez anos, nunca se investiu mais do que 0,65% em segurança pública. Os valores eram e sempre foram irrisórios.

Este ano, eu acho que não cabe aqui fazer ainda, fechar, vamos dizer assim, qual o percentual em investimento na segurança pública, até porque o Estado ainda continua investindo. Nós temos ainda realizado em torno de 20 milhões de reais em investimentos na segurança. Vamos fechar o ano com aproximadamente 40 milhões de reais. Eu gostaria que se fizesse um comparativo a partir desses dados para ver se realmente existe ou não, há ou não priorização da segurança pública.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Sugeriu-se, fez-se comparação, por exemplo, com o problema de inclusão social, que leva em torno de 54%. Foi isso que você colocou? São tantos números que confunde. Em torno de 50%, não é, inclusão social...

(NESTE MOMENTO, A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Inclusão social, Deputada, é o primeiro programa, a primeira meta.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Isso. Quanto?

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - O valor? O total?

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - O percentual.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Seiscentos e quarenta e cinco... Bom, o percentual é de 50%...

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Quando se faz um trabalho, buscam-se ações que visam à inclusão social, não está se fazendo também, não está se promovendo uma ação que reflete na segurança pública? Eu acho que essa é uma das principais ações. Aí fica claro...

(NESTE MOMENTO, A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Fica claro... Eu posso falar, Deputada?

Fica claro que há, sim, um interesse na melhoria da condição de vida da população de um modo geral. Quando se fala, por exemplo, que o CEPROMAT, fazendo uma comparação com o CEPROMAT, que o CEPROMAT tem 4,21% que é para investimento de tecnologia de informação e a Secretaria tem menos, esqueceu-se de dizer que o CEPROMAT é o órgão responsável pela tecnologia de informação em todo o Estado, de todos os órgãos do Estado, que não se restringe à segurança pública.

Falou-se ainda em crescimento do DETRAN. O DETRAN está dentro, faz parte da Secretaria de Segurança Pública, é órgão de administração desconcentrada, e tem tido, sim, um incremento da sua receita bastante grande. Tanto que permitiu neste ano, um investimento de dez milhões e novecentos mil reais direto na segurança pública na aquisição de 440 novos veículos. Ou seja, faz-se hoje, procurou-se fazer um Orçamento dentro da realidade, dentro daquilo que vai se buscar efetivamente concretizar. Não é mera peça de ficção onde se joga aleatoriamente este ou aquele valor, ou se corta 50% aqui, 50% ali e depois não tem dinheiro para adquirir sequer o combustível das viaturas. Ou seja, o Orçamento fica mesmo como mera peça de ficção, digamos que para legalizar, ou dar legitimidade a uma despesa que às vezes sequer vai ser realizada, não há possibilidade de ser realizada e às vezes não leva em consideração a real necessidade do órgão. Nós temos, sim, questionamentos a fazer em relação ao Orçamento. O Orçamento de 2003, o Orçamento Geral da Segurança Pública previa duzentos e oitenta e cinco milhões e seis centos mil reais aproximadamente. Este ano, ele passa para trezentos e dezesseis milhões de reais. Há sim um saldo negativo no que se refere à Fonte-100, daí se ter inúmeras ações, inúmeros projetos ali com rubrica com mil reais. Isso o Secretário Yênes Magalhães, acredito, esclareceu. Abriu-se a rubrica para apenas garantir a realização do investimento *a posteriori* e se for necessário vai se fazer os remanejamentos.

Essa situação decorre inclusive do total previsto, não é isso, Secretário Yênes Magalhães? Em torno de cinquenta e dois milhões para ser rateado. Mas há uma expectativa de excesso de arrecadação e aí, sim, vai se fazer as correções necessárias.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Como o Secretário Yênes Magalhães colocou, isso aqui é a proposta inicial de Orçamento, inclusive nós já tivemos conversando com o Deputado Zé Carlos do Pátio, já colocamos essa situação, esse mesmo quadro foi entregue a ele, para que estivesse municiado das informações e daquilo que é a real necessidade da Segurança Pública. Nós acreditamos ainda que haveria a necessidade de aproximadamente vinte e cinco milhões de reais para a Segurança Pública, esses vinte e cinco milhões deveriam, necessariamente sair da Fonte-100, para aí, sim, termos um Orçamento dentro daquilo que estimamos seja o real, seja a necessidade real da Segurança Pública.

Agora, nós temos também, previamente ajustado com o Secretário Yênes Magalhães, com o próprio Governador, com o Secretário de Fazenda, o Sr. Waldir Teis, que os ajustes serão feitos, e que para a Segurança Pública não vai haver nenhum tipo de contingenciamento, ou qualquer tipo de corte nos recursos. Isso foi apenas para iniciar uma discussão, nós fizemos questão de abrir as rubricas com valores ínfimos, pensando ali, comparando com a atividade, mas sem perder de vista esse compromisso que existiu e que o Governador vem cumprindo. Às vezes, concede-nos muito mais do que pedimos para a segurança pública. Então, nós temos a convicção de que saímos de uma ficção para algo mais palpável, para uma realidade, já que em termos absolutos, como ficou constatado, o Orçamento cresce.

E mais, busca-se investir... O Governo Blairo Maggi estabeleceu as suas prioridades, e a prioridade maior que ficou aqui evidenciada é a inclusão social, e sem dúvida nenhuma os projetos de inclusão social são os que mais refletem na questão da segurança pública.

Está ali a Major Zózima, conhece bem disso, sabe que o mais importante em termos de segurança a se fazer é a prevenção primária. E a prevenção primária vai estar sendo feita por todos os órgãos do Governo, por todas as Secretarias. Não é necessário, por exemplo, que tenhamos dentro do Orçamento da Secretaria rubrica específica para um programa de prevenção primária, geração de emprego, que tem lá na SETEC, que tem em outras Secretarias.

Geração tem no transporte... O Deputado aqui até brincou quando se falou no Estradeiro, em se fazer estrada. Realmente, é uma prioridade, porque também gera receita para o Estado, gera emprego, gera renda e gera enormes ganhos para a economia, não só o que se refletir como um todo na situação geral do Estado.

Nós gostaríamos sim de pedir o apoio à Assembléia Legislativa no que se refere a um remanejamento para a Fonte-100, porque de resto o Orçamento atende bem à necessidade da Secretaria. Inclusive, ele prevê um valor bastante grande de recursos, transferências da União, por exemplo, dentro daquilo que nós propomos, dentro do Plano Estadual de Segurança Pública, que tem o valor, tem parcerias já sinalizadas positivamente para a SENASP, a mesma coisa dentro do DEPEN e parte dos recursos virão no ano que vem. É provável, inclusive, que superem esses quarenta e cinco milhões. Se, realmente, Deputado, confirmar, no caso do Departamento Penitenciário, a construção dos cinco presídios, gerará um total de, aproximadamente, sessenta milhões de reais em transferência de recursos externos. Até agora, a sinalização é toda positiva. Inclusive, o último contato que tivemos foi no sentido de que só se estava esperando o Ministro da Justiça agendar a data para assinatura dos convênios. Então, parece aparentemente um valor enorme, um valor muito grande, há sim um crescimento, mas essa propositura vem dessa sinalização positiva do Governo Federal na transferência de recursos.

Eu acho que, grosso modo, era isso que eu tinha para colocar por hora. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos, assim como o Dr. Romel, o Coronel Oliveira, o Coronel Guilherme, o Sr. César, o Sr. Martinho, o Sr. Clélio, enfim, todo o corpo técnico da Secretaria faz-se presente para prestar os esclarecimentos necessários.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós agradecemos, Secretário, e anunciamos a presença da Vereadora Enelinda Scala, de Cuiabá, pelo PT.

Eu gostaria de indagar se alguma autoridade da Mesa gostaria de usar da palavra.

Deputado Carlão Nascimento, Vossa Excelência quer falar agora, antes de abrir o debate? (PAUSA). Não.

Então, nós vamos ouvir... Gostaria de saber das inscrições (PAUSA).

Está inscrito o Sr. Vilson Aguiar, neste ato representando a Senadora Serys Slhessarenko; depois a Srª Márcia Cavalcanti, da Associação da Família Milicianiana, e o Sr. Emídio de Souza, Presidente do Bairro Novo Paraíso.

Com a palavra, o Sr. Vilson Aguiar.

O SR. VILSON AGUIAR - Boa-tarde a todos da Mesa!

Em nome da Deputada Verinha Araújo, eu cumprimento todos.

Neste ato, eu estou representando a Senadora Serys Slhessarenko e a Associação de Moradores do Bairro Santa Izabel.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Solicito ao Deputado Zé Carlos do Pátio assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:33 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Continua com a palavra, o Sr. Vilson Aguiar.

O SR. VILSON AGUIAR - Primeiramente, Deputada, eu quero, neste ato, dizer que nós, do Bairro Santa Izabel, tentamos entrar no programa do Sr. Valter Rabelo, que tentou desqualificar aquela audiência pública que aconteceu no Bairro Santa Izabel, para discutir segurança pública. Primeiro, porque ele estava falando inverdades. E eu fui uma das pessoas que testemunhei contra aquele programa, porque um rapaz foi apanhado, foi preso e depois perdeu o emprego, porque o programa passou o tempo todo jogando imagens na televisão.

Então, eu gostaria de estar ao lado de vocês, junto com a comunidade do Santa Isabel e agradecer por terem ido lá discutir a segurança pública.

Eu queria responder ao Campos Filho que, infelizmente, não está aqui, mas o Coronel Orestes, com certeza, levará isso para ele. Quando tentamos discutir segurança pública a partir daquele incidente que houve no Bairro Santa Isabel, da gangue ter matado uma menina, e um outro menino continua hospitalizado, estamos há um mês pedindo uma vaga na agenda do Secretário para discutir os programas de segurança pública para os bairros, mas não conseguimos essa audiência até hoje.

Então, pedimos também para o Promotor da Infância e da Adolescência uma audiência para discutir o problema do menor, mas não conseguimos.

A comunidade quer participar, mas às vezes é impedida pelo próprio corpo de segurança que faz nos bairros.

Com relação ao Orçamento, e aí eu quero discutir o Orçamento, fica complicado até para discutirmos esse monte de números, a partir do momento que chegamos nos dados em cima da hora...

Mas eu queria dizer duas coisas... Aí, os Secretários sempre acham ruim quando os comparamos ao Governo Dante, mas como vocês nos comparam ao programa econômico do Fernando Henrique, então, não tem importância. E aí, eu queria saber - proponho um desafio para a Assembléia, que todos os anos do Governo Dante ele comprou carro para a polícia. Todos! E o Governo já comprou carro esse ano para a polícia. E aí, eu digo mais, felizmente, o Corpo de Bombeiros tem um serviço de resgate maravilhoso. Vocês já imaginaram se incendiasse algum lugar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

aqui em Cuiabá? Porque eles compraram três carros e nem andar aqui em Cuiabá não tem condições. Infelizmente, é assim. Os financiamentos dos recursos do dinheiro público...

E aí, eu vou dizer para os Srs. Deputados: eu estou muito preocupado com o que vi, a quantidade de rubricas abertas com mil reais e com coisas... Essa é a famosa transferência que aí manobra o Orçamento do jeito que quer, e que nós não conseguimos acompanhar. Infelizmente, esse é o que tem no Orçamento, que deu para perceber nas bocas que vimos, sem dizer que a Casa Civil, a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Estado de Transportes, o DETRAN, foram os mais beneficiados com esse Orçamento do ano que vem, e muito! Quem sabe um dia teremos a Secretaria de Segurança Pública colada com a Secretaria de Transportes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço.

Com a palavra, o Sr. Célio Wilson de Oliveira.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Com relação à audiência é só dizer a quem pediu.

Eu gostaria de dizer também que estou há seis meses tentando, junto à Senadora Serys Slhessarenko, uma audiência e até hoje nada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Srª Márcia Cavalcante, da Associação da Família Miliciano.

A SRª MÁRCIA CAVALCANTE - Boa-tarde a todos.

Talvez, por falta de conhecimento, eu fale alguma besteira aqui.

No meu pensamento, eu concordo, em parte, com o que o Deputado Zé Carlos do Pátio disse. Acho que há uma preocupação sim, porque entendemos que, com certeza, a população vai colocar em primeiro lugar a questão da segurança pública.

Eu vejo como preocupação - não sei se deveria constar nesses pontos que foram relacionados aqui - a questão salarial, a questão da saúde do policial militar, do pagamento de precatório, que estamos nessa ansiedade há muito tempo, investimento do próprio profissional, segurança para si próprio.

Nós vimos que, com toda certeza, o Governador deu prioridade à segurança pública neste ano, mas a nossa grande preocupação... Talvez esses itens, não contendo no Orçamento já definido para o próximo ano, não venham a ser prioridade. Então, com certeza nosso pedido é que talvez, como eu falei, por falta de conhecimento meu, devesse constar, esclarecendo isso para uma reposição, porque, na verdade, nós não tivemos reajuste salarial até hoje, tivemos um realinhamento. Então, ficam aqui essa nossa preocupação e o nosso pedido para que o Governo dê continuidade a essa prioridade à segurança que, com toda certeza, é isso que a população quer e se o policial tiver essa segurança para si, é dessa maneira que ele vai poder estar retribuindo a segurança que a própria sociedade merece ter. Então, ficam aqui o nosso pedido e a nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Emídio de Souza, Presidente do Bairro Novo Paraíso, neste ato representando o grupo organizado de lideranças da periferia.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - Eu gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, e cumprimentar toda a plenária e os colegas comunitários aqui presentes.

A nossa preocupação com a segurança pública é bastante... Sabemos que melhorou bastante com os esforços dos nossos Comandantes Orestes e Campos Filho, que têm feito todo o esforço na nossa periferia, mas estatisticamente sabemos que as Companhias de Policiamento Comunitário vêm trazer melhor segurança, ainda mais para as comunidades.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

E a região da Grande Morada da Serra, do Grande Jardim Vitória, que contempla dezessete bairros, tem um sonho de ter a Companhia de Policiamento Comunitária funcionando. Nós já estivemos lá com o Secretário Célio Wilson que nos atendeu muito bem.

Nós gostaríamos que os nobres Deputados colocassem no Orçamento ou que ampliassem nessa área para construção das companhias, porque quando se vai construir uma Companhia de Policiamento Comunitário num bairro da periferia, se for fazer com arrecadação dos moradores, é tão difícil, porque ali a grande maioria da comunidade não ganha sequer para comer, porque o desemprego é muito grande na nossa periferia. E nós gostaríamos de poder contar com todos vocês, o Governo do Estado, o Dr. Célio Wilson, ampliando o Orçamento para construção das companhias, porque nós estamos ali tentando construir essa companhia do Jardim Vitória e ainda não saímos do papel. E é por isso que nós queremos que Vossa Excelência priorize, neste instante, para falar com o Secretário Pagot para que ele possa se empenhar e colocar um Orçamento para que essa companhia do Grande Jardim Vitória seja construída de verdade mesmo e colocada para funcionar. Então, essa é uma grande preocupação de todos nós. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos o senhor.

Com a palavra, o Sr. Bento Porto, eterno deputado.

O SR. BENTO PORTO - Presidente Deputado Zé Carlos do Pátio, muito obrigado pela deferência, em nome de quem eu saúdo todos os componentes da Mesa, inclusive o Secretário de Segurança e toda a sua equipe, os demais Deputados, minhas senhoras, jamais um povo brasileiro, cuiabano, teve tanto medo.

Fui comprar um outro dia numa pequena mercearia, no CPA, um refrigerante, e o cidadão me atendeu através de uma grade. O povo vive sufocado, hoje, pela violência do criminoso e pela morosidade da Justiça.

Cuiabá tem 600 mil habitantes e é a 3ª cidade mais violenta do Brasil, proporcionalmente. E o nosso entendimento, Sr. Secretário, é que o Governo tem dado uma prioridade muito grande, como nunca se deu para a área de segurança.

Eu fui Secretário de Planejamento numa época em que assinei juntamente com o Governador, na época, a criação do FUNRESEG - Fundo de Reequipamento de Segurança Pública, fundo que há muitos anos deu excelentes resultados para a segurança pública, que vivia na dependência da Fonte 100, que todo os senhores sabem que é um grande problema.

Mas acontece que a maior insegurança está dentro da própria segurança e o arcabouço jurídico que está aí não oferece segurança. Muitas vezes um policial prende um bandido numa missão extremamente difícil, mas quando chega lá na delegacia, paga-se uma fiança ou o sujeito é menor, e antes do policial chegar em casa o bandido já está na rua novamente.

A polícia só pode prender com decreto de prisão preventiva. O delegado não pode permanecer com essa pessoa na cadeia, porque depende da Justiça. Inquérito, boletim de ocorrência, e o juiz não faz esse decreto de prisão preventiva enquanto esse processo não esteja...Até lá o delegado não tem condições de manter o indivíduo na prisão.

Então, a maior insegurança está dentro da própria segurança. Milhares de crianças vão à escola até 11:00 horas da manhã e muitas vezes por causa da merenda escolar. Retorna às 11:00 horas e volta para a casa dos pais ou então para a rua. E aí essas crianças... Nós temos uma grande deficiência na área cultural, não existe aula de música, de teatro... Perdemos para Sinop, para Tangará da Serra, enfim.

Gostaria de deixar aqui uma idéia, Sr. Secretário. Nós temos um Corpo de Bombeiros exemplar, ágil. Temos uma Polícia Militar, eu diria que, dedicada. O problema, no meu entendimento não é colocar mais policiais na rua, mais equipamentos, mais veículos, o problema

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

maior, talvez, fosse tirar esse menor da rua, tirar o delinqüente da rua e colocar esse individuo em escolas, principalmente o menor, em dois sentidos, uma área de intervenção e uma outra área de intervenção direta mesmo.

O Corpo de Bombeiros pode ter uma escola de menor, cantar o Hino Nacional, trabalhar, se fizer malandragem lá dentro vai para cadeia dentro da corporação. A Polícia Militar também pode fazer isso, esse menor estaria livre desse trabalho do juizado do menor, das ONGs, de tanta gente, dos direitos humanos que só olha o lado dos bandidos, muitas vezes. E esse menor, do ponto de vista da polícia e da sociedade, é agente do crime, mas do ponto de vista da educação, porque ele não teve convivência social, ele não foi à escola, ele não interiorizou nenhum princípio, ele vai ficando adulto, ele não tem o que defender nem o que respeitar.

Então, eu acho que se a segurança se voltasse um pouco mais dentro de suas possibilidades, talvez, a construção de algumas escolas, não essa que está aí, o Lar da Criança e do Adolescente, o Pomeri, isso é uma prisão. A prisão perverte, degrada, brutaliza, eu acho que nós poderíamos ter mais sucesso nessa política de segurança.

Esta é uma idéia, Deputado Zé Carlos do Pátio, deixo aqui para este grupo esforçado da segurança pública de Mato Grosso e o nossos Deputados que tanto se preocupam com essa questão. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Edson Oliveira.

O SR. EDSON OLIVEIRA - Tem muita coisa para eu falar, mas entendemos a questão do tempo.

Boa-tarde, Sr. Deputado, Deputa Verinha Araújo, Major Zózima, uma pessoa por quem tenho uma admiração muito grande, com quem tive a oportunidade de trabalhar nessa questão dos jovens, meu Comandante, Coronel Orestes Oliveira.

Temos uma surpresa desagradável a respeito do Orçamento, pela timidez com que está sendo colocado. Nós vemos que ele não é aquilo que se esperava, mas dentro do que está se colocando como possível, ou realizável, vamos dizer assim, já é o que nós vivemos fazendo, colocando as coisas da maneira como podem ser feitas. Espera-se, eu acho que a sociedade espera isso, principalmente a Polícia Militar. Enquanto soldado, nós esperamos que realmente se priorizem as outras áreas de atuação do Governo, que seria o emprego, a questão da educação. Talvez esses sessenta milhões para presídio pudessem ser transformados em milhões para a criação das escolas agrotécnicas para o nosso Estado, porque aí seria uma coisa (PALMAS) muito melhor, porque vemos a questão da segurança muito no ponto fim e não como o Deputado acabou de falar na questão de onde começa, aonde que esse indivíduo chega até o ponto em que a segurança atua sobre ele. Então, talvez essa transferência de recursos aí, já que está sendo colocada assim, deveria ser revista também para isso. E não pedir dinheiro para Governo Federal para fazer presídio no nosso Estado, e sim escolas agrotécnicas e outras escolas comunitárias para aproveitar melhor o tempo. Isso aí, quem tiver interesse em saber, a Major Zozima está aí, pode ser consultada, ela tem uma larga experiência com isso.

E outra questão da redução do Orçamento. Houve algumas respostas de pronto para a questão de redução, não foi por isso ou foi por aquilo outro.

Então, eu também gostaria de saber, aproveitando que a Márcia, companheira de Rondonópolis, falou de uma questão, se está colocado nesse Plano Plurianual a melhoria dos salários dos soldados ou não. E se não está, por que não está, qual é a política do Governo para valorização do profissional que trabalha com segurança pública, se ele está realmente lá vendo a possibilidade, se há ou não, se isso vai constar no Orçamento para não ficar uma coisa muito

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

suspensa. Nós temos que ter isso também até como planejamento da nossa vida. Assim como o Estado está se planejando, nós também gostaríamos de nos planejar.

Quero deixar para as pessoas que estão presentes que segurança pública está sendo feita, como foi dito, na medida do realizável, mas nós esperamos que este Governo que veio com a marca de um novo tempo, de arrojo, que ele realmente considere a questão da segurança pública como o que ele se propôs, se é para ser uma questão de ponta, então que tenha investimento de ponta, se é para ser uma questão de prioridade, que se dê prioridade.

Era só isso o que eu tinha para falar (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, passo a palavra à Deputada Verinha Araújo, mas eu quero aqui fazer uma ressalva.

O Capitão Wolkmer fez colocou todo o Orçamento, inclusive tem o Nivaldo que foi Secretário de Planejamento do Estado, que nos ajudou, o gabinete e a equipe nossa que está fazendo inclusive as emendas ao Orçamento. Número é uma coisa que é número. Número tem que ser explicado assim: dois mais dois são quatro, não é nem cinco, nem três. Então, os números, por si só, estão mostrando que o Orçamento da Segurança Pública está aquém da expectativa que nós queremos. Não tem o que justificar. Eu espero - e aí eu quero fazer a defesa do Secretário de Segurança Pública -, eu espero que o Secretário de Planejamento tenha a sensibilidade de nos ajudar a reanalisar esse Orçamento da Segurança Pública, porque não dá para fazer defesa da segurança pública aqui, sem Orçamento para segurança pública, não dá para discutir segurança pública sem dinheiro. Nada se faz sem dinheiro.

E eu quero aqui colocar para vocês que eu não vou negar não, o Governo está muito bem, obrigado.

Ontem, eu estive em Itiquira, com o Governador Blairo Maggi, inaugurando uma obra. O que ele fez esse ano foi terminar o asfalto ligando a BR-163 até Itiquira. Uma obra que há vinte anos o pessoal estava esperando. Tinha mais de três, quatro mil pessoas esperando o Governador lá, e nós não temos como agradecer-lo pelo empenho em construir esse asfalto, os quinhentos quilômetros de asfalto que ele está fazendo no Estado em muitos pontos que a sociedade esperava.

Mas também não dá para negar que nós não temos como. O dinheiro é um só. Nós não temos como conduzir o Estado somente com política de estradas, somente com política de outras áreas afins. Há uma necessidade de haver uma somatória de forças em torno de outros setores: como educação - por exemplo, hoje você pega um professor com especialização, vinte anos de carreira, ganhando mil reais por mês -, como segurança pública. Melhorou? Melhorou. Eu não posso negar que melhorou, eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, digo que melhorou e fico feliz que melhorou. E quero parabenizar o Secretário de Segurança Pública, porque melhorou, quero parabenizar o Coronel Orestes Oliveira, parabenizar o Dr. Romel; parabenizar o Coronel José Guilherme, porque eu sinto que melhorou, mas pode melhorar mais e pode, pelo menos, começar a ter consistência. Se nós, agora, puxarmos o freio de mão e segurarmos, acabará piorando. Porque a tropa que temos esse ano da Polícia Militar, o efetivo da Polícia Militar é o mesmo de 1990. Quer dizer, não mudou. Todo ano saem vinte, trinta, quarenta e entram vinte, trinta, quarenta. Quer dizer, o efetivo não está aumentando muito. E nós vemos o esforço do Governador em aumentar o efetivo, em melhorar o salário, mas se não formos mais arrojados, mais fortes na questão do Orçamento... E aqui não dá para defender o Governo. Eu sou um Deputado que vem ajudando o Governo Blairo Maggi, mas nessa questão não temos que defender. Nessa questão, nós temos que ser mais arrojados, até para defendê-lo. Porque, se não for arrojado, eu não vou defender o Governador.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Eu e a Deputada Verinha Araújo já conseguimos tirar dois projetos de pauta do Governo para defendê-lo, porque se esse projeto fosse aprovado macularia a vida política do Governador por várias vezes. O próprio Deputado Carlão Nascimento já fez isso, como no caso da extinção da Escola de Saúde Pública, como colocar nas OSs - Organizações Sociais, que é, praticamente, a terceirização dos serviços, o ensino. Imaginem, daqui a alguns dias, nós contratarmos professores, através de empresas, para darem aulas. Isso, para mim, dentro de uma história de luta, uma história de fortalecimento do ensino público, não é positiva. Mas essa foi uma orientação que demos.

Então, nós estamos aqui para contribuir. Se for para defender o Governador, eu defendo, quando ele está correto. E o parabenizo! Acho, também, que esse é o nosso papel, mas não podemos deixar de fazer as ponderações.

Então, eu quero dizer que aqui não tem nenhum Deputado, não tem nenhum técnico, não tem nenhum servidor, que veio utilizar da palavra, que esteja com uma pré-disposição de querer prejudicar o Governo, ou que veio armado contra o Governo. Pelo contrário, nós estamos até votando muitas matérias com o Governo. Mas estamos aqui para buscarmos melhores apoios.

E aqui eu não quero questionar o Secretário Célio Wilson. Eu senti o Secretário até angustiado em querer justificar, em querer explicar o Governo. Eu acho que o seu papel, mas eu quero até defendê-lo, Secretário, porque o problema não é de Vossa Excelência. O problema é do Secretário de Planejamento e Coordenação Geral. É uma pessoa séria, uma pessoa boa, uma pessoa humilde, o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral.

E nós vamos ter a capacidade - e aí, eu quero elogiar o Deputado Carlão Nascimento, que é extremamente ponderado, que na hora de discutir as emendas, tenho certeza de que o Secretário Yênes irá discutir, porque ele cometeu um ato muito bonito no começo no ano, quando ele veio nesta sala, ficou três dias sentado conosco, a equipe da Secretaria de Planejamento de um lado e a equipe da Secretaria de Fazenda do outro, discutindo o PPA, o Plano Plurianual, aliás, a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E nunca na história de Mato Grosso se acatou tantas emendas à LDO como foi acatada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de uma forma democrática de debate.

Algumas foram até vetadas, Deputada Verinha Araújo, mas, desculpe-me, houve avanço. Querer negar que houve avanço é negar a verdade. Houve avanço e o Secretário foi extremamente desprendido.

Neste momento, eu passo a palavra, à Deputada Verinha Araújo para fazer as suas ponderações.

Eu tive que fazer esse entendimento para ninguém ficar aqui um armado com o outro. E sim dizer que estamos aqui para somar e para ajudar o Estado de Mato Grosso a ter um Orçamento mais arrojado.

Eu estou preocupado com o Orçamento da segurança pública pelo bem do Estado, pelo bem da população e pelo bem de todos os profissionais que estão aqui e que defendem a segurança pública.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde!

Para nós que somos Deputados é um prazer estar aqui com vocês. Quando fazemos uma discussão aqui na Assembléia Legislativa e não consideramos a análise que fizemos, é ficar discutindo no vazio.

Esta Audiência Pública que realizamos aqui da Comissão de Segurança Pública e Comunitária não é a primeira, já fizemos com a Comissão de Educação e Esporte, Cultura, e, nesta

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

semana, amanhã, Agricultura e Meio Ambiente, depois Indústria, depois Turismo, Saúde e Transporte.

Então, eu acho que é interessante a participação da sociedade civil organizada, porque ela vê aqui o retrato dos números, dos valores, que estão apensados às ações. Quando pensamos nas ações, e elas não têm tanta prioridade, nós vemos de fato qual é o eixo do Governo. E o nosso trabalho aqui é até de alertar e ver o que podemos corrigir. Como disse o Secretário, o Orçamento está tramitando, não está votado. Nós temos até o dia 03 para apresentarmos emendas. Então, é importante o debate.

Eu acho que nesta tarde, com o Secretário aqui presente, todas as autoridades, a assessoria ligada ao Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, é uma oportunidade, inclusive, para defrontarmos com o que foi planejado.

Então, eu acho que inauguramos um momento aqui na Assembléia, onde fazemos uma Audiência em que apresentamos o planejamento e como vamos, de fato, fiscalizar a sua execução.

Nesse sentido, vou responder a Márcia, aqui, que fez uma pergunta, Secretário, uma vez que temos os números aqui.

Pelo menos no que está aqui no papel com relação a pessoal, encargos sociais da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, o acréscimo para esse setor é de 16% de 2003 para 2004. Se compararmos com 2003, ele até tem um acréscimo maior, de 1,38% em termos proporcionais. Então, vejam que é o contrário de outras áreas.

O que significa isso? Depois acho que o Secretário poderia responder. Quer dizer, é aquilo que se perguntava: vai se manter para 2004 a mesma prioridade, como tivemos aqui, de acréscimo no salário dos nossos soldados e cargos dos oficiais? Porque não adianta ter feito isso em 2003 e para 2004 manter um congelamento de salários. Aí a gente perde toda uma perspectiva de investir no humano. Porque hoje estamos percebendo que há uma entrada de muitos jovens, moços e moças, na Polícia Militar e eles têm que ter todo um olhar em termos de formação, porque para muitos é a primeira vez que se defrontam com a ação policial, estão sendo formados na prática. Então, isso significa muita formação direta em termos de investimento nesse humano e essa informação passa por estudos, por academia e significa investimentos em termos de salários para ele estar satisfeito e fazer um bom trabalho na rua. Então, essa é uma pergunta que eu deixo aqui, tendo em vista que o Orçamento responde sua pergunta, Márcia. Há um acréscimo de 16%. Esse acréscimo significa mais pessoas entrando? Ou seja, só em termos de número de pessoas entrando na segurança ou também em termos de recursos para uma nova recomposição em 2004?

Com relação aos precatórios, no Orçamento temos aqui um acréscimo bastante substancial, ele sai de 150 mil reais, em 2003, para 750 mil, em 2004. Está aqui: programa de operações especiais, cumprimento de sentenças judiciais. Então, isso significa que vai pagar os precatórios? Como vai pagar? Pelo menos no Orçamento está apensado.

Agora eu queria que o Secretário respondesse, que me preocupa aqui, porque uma das ações que abriu rubrica é justamente a consolidação do policiamento comunitário com mil reais. Como temos uma série de reivindicações de polícia comunitária - na Capital tivemos uma audiência no Jardim Vitória, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública se fez presente -, quer dizer, como a Secretaria pensa aqui, já que abriu a rubrica e não tem imediato um recurso maior previsto, mais substancial, já que essa tem sido uma experiência que a população tem apoiado. Nós percebemos que onde existem as polícias comunitárias houve redução da criminalidade. E como vai incrementar nesse setor recurso para que de fato esse tipo de programa seja priorizado no Governo Blairo Maggi? Então, essa era uma outra pergunta.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

E queria que o Secretário ainda respondesse sobre esse Fundo Penitenciário. Por que ele não aparece mais com tanto recurso, como Vossas Excelências estão pensando? Se também estão aguardando uma gestão compartilhada com o Governo Federal, já que ele caiu bastante? Eram essas as minhas questões. Muito obrigada. E praticamente todo mundo já falou. O Deputado Zé Carlos do Pátio já levantou as questões, e eu queria entrar mais na parte técnica. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu passo a palavra ao Secretário Célio Wilson de Oliveira.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Foram várias indagações, Deputada.

Primeira, a questão salarial. Não compete a mim responder. Eu acho que isso depende não só do Secretário de Fazenda, do Secretário de Planejamento, do Secretário de Administração, mas do próprio Governador. O Governo deve ter e tem uma política salarial e essas pessoas estariam mais aptas a responder. O que eu posso dizer é que neste ano foi feito o realinhamento. E independentemente de ter ou não previsão orçamentária, foi feito o remanejamento necessário e se buscou esse realinhamento feito, aliás, acredito eu, com ampla discussão e dentro da maior clareza possível.

Com relação ao policiamento comunitário, é uma prioridade da Secretaria. Isso está bem claro no Plano Estadual de Segurança Pública. Uma das principais ações é a implantação de polícias comunitárias. Nós tivemos muitos problemas, inclusive este ano, Deputado, em função da falta de viaturas ou de não ter veículos ideais para atividade policial, de falta de efetivo. Nós temos hoje um efetivo aquém das necessidades, mas não tão aquém como se apregoa por aí. É lógico que é o mesmo efetivo de 1990, mas de 1990 para cá, as coisas mudaram e bastante em termos de ferramentas para utilização na segurança pública, principalmente no que se refere à tecnologia da informação, informática.

Então, o que eu posso assegurar a Vossa Excelência é que o policiamento comunitário é uma prioridade, sim. Nós vamos fazer o remanejamento necessário.

Não tem porque, Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo menos, da nossa parte, ficarmos preocupados com o Orçamento, até porque temos tido o respaldo do Governo para todas aquelas ações que julgamos prioritárias, a exemplo do policiamento comunitário. Como já foi dito, o Orçamento apenas foi encaminhado, ele não está finalizado e há possibilidade de se fazer os necessários remanejamentos. Isso não quer dizer que a Assembléia, ou que haja algum artifício obscuro, como se sugeriu aqui. Então, as contas estão abertas, tudo aquilo que o Estado gasta está sendo publicado sem qualquer artifício. E a outra, que é sobre a polícia comunitária, nós vamos priorizar, nós vamos trabalhar, agora, nós precisamos de efetivo. Este ano já foram quase mil homens chamados na Polícia Militar. Com a formatura desses 680 homens que estão, hoje, no curso de formação, nós vamos ter condições de implantar mais algumas companhias em Cuiabá.

Agora, o Estado como um todo, tem um limite também. E diferentemente do que ocorria, do que vinha ocorrendo, nós não queremos tirar o dinheiro da população, não! Nós estamos assumindo a obra lá do Grande Terceiro, que já havia se iniciado há um bom tempo. Em Rondonópolis, acertamos, já estamos licitando também, para construir mais uma obra com recurso do Estado. Nós sabemos da dificuldade da população como um todo e não queremos explorar a população, como foi feito num passado recente, não!

Tem mais alguma questão, Deputada Verinha Araújo?

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Nós vamos estar trabalhando, não sei se é exatamente no Jardim Vitória, mas é para a região... Eu não lembro de cabeça... O Coronel talvez se lembre... É exatamente a localidade do Jardim Vitória mesmo?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Então, nós vamos estar implantando. Agora, precisamos de efetivo, precisamos de planejamento também para isso. Agora, vontade política, vontade de construir, pode ter certeza de que não falta, mas temos que ter também pé no chão e não querer explorar ninguém.

A SRª VERINHA ARAÚJO - E o FUNPEN?

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - O FUNPEN sempre foi superestimado o valor, sempre se colocou o valor assim: “A arrecadação é irrisória”. Hoje, praticamente, todo esse recurso está no FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional, de onde sai os recursos, a questão que ele colocou: Por que não esses 60 milhões serem investidos em outras áreas? O Governo está buscando sim, investimentos em outras áreas.

Agora, os recursos do FUNPEN destinam-se, exclusivamente, a esse tipo de atividade, o Fundo Penitenciário Nacional que é vinculado ao DEPEN, dentro do Ministério da Justiça. Nós não temos condições, hoje, de continuarmos mantendo os presos. Essa é uma realidade da qual não temos como fugir. Estamos fazendo, sim, escola de marginalidade, não tendo qualquer tipo de atividade dentro do presídio. Precisamos de unidades novas para dar condições, inclusive, de fazer o que a lei apregoa, a ressocialização, o que nunca foi feito, ou quando feito, foi irrisório.

Os presídios que se pretende construir vão ser localizados em todas as regiões do Estado, permitindo que a pessoa que cometeu o ilícito cumpra a pena na sua região, próximo aos seus familiares, o que facilitaria a recuperação, o que facilita, com toda certeza, a recuperação e num ambiente, é lógico, com mínimo de dignidade.

A questão também colocada aqui, vou aproveitar a oportunidade, sobre a escola, foi colocada pelo senhor, eu não me recordo o nome: a polícia militar tem uma unidade escolar, o Corpo de Bombeiros tem idéia nesse sentido, agora, a segurança não pode abraçar isso como um todo, até porque o Estado tem um órgão para isso, tem a Secretaria de Educação. Nós temos, sim, é que investir mais. Como se pretende fazer num Estado que coloca mais de 50% dos seus recursos orçamentários previstos para esse tipo de atividade que gera inclusão social? É muito mais fácil prevenir do que remediar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Talvez muitos não saibam, mas é a principal Comissão que vai dar Parecer ao Orçamento e ao PPA. É a Comissão dele que vai decidir.

Então, todas as audiências públicas que nós estamos tendo, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, Comissão de Segurança Pública e Comunitária, Comissão de Meio Ambiente, ele está participando, porque ele está anotando, vai sentar e buscar debater uma por uma das emendas junto com os Secretários do Estado e também com os colegas Deputados. Então, o Deputado é peça fundamental nesse processo orçamentário, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Zé Carlos do Pátio, que também é Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Casa e tem feito um trabalho invejável. Eu já sou Deputado de segundo mandato, talvez, nunca uma Comissão trabalhou tanto como essa Comissão de Segurança Pública e Comunitária. Portanto, eu quero cumprimentar o Deputado, a Deputada Verinha Araújo, que é membro da Comissão.

Cumprimento aqui os Secretários na pessoa do meu amigo particular e Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado, Sr. Yênes Magalhães. Cumprimento toda a Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Secretário Célio Wilson de Oliveira, e todos os presentes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Eu gostaria, inicialmente, de dizer da importância que tem essas discussões que nós estamos fazendo. Nós estamos votando, na próxima semana, o PPA, que diz ali 2004/2007. Significa dizer o seguinte: que todas as ações que o Governador Blairo Maggi pretende implementar no Estado a partir do ano que vem até 2007, tem que estar nesse planejamento que está aqui na Casa. Portanto, é algo muito importante a questão da discussão do PPA, porque não vai entrar nada no Orçamento que não esteja contido nesse PPA. Então, vejam bem a importância que tem o PPA.

Eu aproveito para dizer, o Governo do Estado de Mato Grosso não tem uma política para os seus servidores que vai executar esse planejamento. Quem vai executar o planejamento são os servidores públicos do Estado de Mato Grosso e não está prevista, no PPA, nenhuma reposição salarial para nenhuma categoria, não é só para a Segurança Pública, não, para nenhuma categoria, e tinha que estar. Eu acho que o Governo que está fazendo um planejamento que quer executar esse planejamento, aquelas pessoas que vão executar esse planejamento têm que estar contempladas nesse plano. Infelizmente não está.

Quero dizer também que na questão do Orçamento do ano que vem, vejam bem, que ali o PPA vai de 2004/2007, quer dizer, já pega um ano do próximo Governo, que poderá ser o Governador Blairo Maggi, se for candidato a reeleição e vencer as eleições. Senão, o outro Governo é que vai ter a missão de executar o ano de 2007.

Com relação ao ano que vem, nós precisamos ter também, Deputado e Secretário Yênes Magalhães, anexado nesse planejamento de 2004 o anexo das metas, porque nós votamos primeiro a LDO, como nós votamos uma LDO que não tem o PPA pronto, então, nós temos que ter nesse Orçamento de 2004 as metas contidas para 2004 que não está também no Orçamento.

Uma outra coisa que eu estou fazendo questão de ter é a memória de cálculo da receita corrente líquida do Estado, porque alguém que vai arrecadar no Estado diz o seguinte: “O Orçamento do ano que vem é de 4,3 bilhões.” E ninguém sabe como é que se chegou a esse número. O que nós queremos e a Comissão precisa ter acesso a isso, e aí o Governo, que é tão transparente como se colocou aqui, precisa mandar essas informações para a Assembléia Legislativa. Porque não mandaram para cá a memória de cálculo que nós pedimos através de requerimento? Memória de cálculo da receita corrente líquida, que para nós eu posso dizer que essa receita vai ser muito maior. E aí todas as Secretarias, com exceção aqui do Secretário de Justiça e Segurança Pública, estão pedindo recursos. O Secretário fala aqui só em remanejamento. Ele não precisa botar mais recursos na segurança pública.

Na Fonte-100? Então, ele está dizendo que na Fonte-100 precisa. É a Fonte que é do Estado. Então, o Governo do Estado precisa colocar mais recursos na Segurança - está me corrigindo aqui o Secretário.

Uma outra coisa que nós precisamos ter aqui na Casa é a memória de cálculo da dívida fundada do Estado. O Secretário Yênes Magalhães está dizendo que é o ano que se vai pagar mais. Nós precisamos ver isso. Isso precisa aparecer para a Assembléia Legislativa. É preciso mostrar para a sociedade isso.

Uma outra coisa que nós estamos cobrando, que não se encontra no Orçamento, é o relatório das obras inacabadas. É muito comum um Governo investir recursos e mais recursos que são nossos, em determinada obra, entra o outro Governo, paralisa essa obra e faz-se outra obra. Quer dizer, então, nós precisamos também dessas informações.

O tanto que eu estou colocando é muito mais técnico. Nós fizemos uma opção na Assembléia Legislativa de valorizar as Comissões Permanentes da Casa, e aí ao invés da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária estar discutindo com a sociedade, nós passamos essa incumbência para cada Comissão. Então, as Comissões tem trabalhado mais no

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

dia a dia, porque estão responsáveis por essas discussões e nós estamos apenas acompanhando as discussões. Então, qualquer cidadão que queira participar das emendas... No Orçamento nós temos apenas treze emendas até agora, no PPA nós temos setenta emendas. O Deputado Zé Carlos do Pátio já me disse aqui que só ele vai fazer duzentas. Então, vocês imaginem o trabalho que nós vamos ter.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Eu também vou fazer por aí...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Então, nós estamos pedindo aos Srs. Deputados e à sociedade como um todo que tudo o que tiver para apresentar no Orçamento, que apresente até a sessão noturna de quarta-feira. É o último prazo que nós estamos dando para que possamos pegar tudo isso, trabalhar todo o final de semana, e chegar na semana que vem com isso pronto para ser votado em Plenário.

Quero aqui também parabenizar a exposição feita pelo Capitão aqui do Corpo de Bombeiros. Por mais que trabalhou cinco dias, ficou muito claro para nós o que está se prevendo gastar com segurança pública no ano que vem. Então, deu para perceber claramente o que é que nós gastamos, e aquilo que se pretende gastar de 2004 até 2007. Portanto, está claro isso, não adianta querer contestar. E, portanto, eu parabeno o Capitão pela bela exposição que fez.

E o detalhe maior, nós temos que trabalhar. Nós temos aqui uma Comissão da Assembléia que vai trabalhar nesses números. E aí é preciso deixar claro que todo e qualquer Governo tem prioridade, e esse tem realmente. Por mais que esteja colocando recurso aí na segurança, na saúde e na educação, que são recursos obrigatórios, o Governo deixou de investir até agosto algo em torno de cem milhões nessas duas áreas fundamentais para o Estado. Eu duvido que o Secretário de Saúde consiga gastar todo Orçamento disponível que ele tem esse ano. Quer dizer, então, são coisas. Que estão se investindo muito na área de estrada, é verdade, o Deputado Zé Carlos do Pátio falou aqui. Nós também estamos cobrando apenas a transparência de como está sendo gasto esse dinheiro que é público.

Então, essas informações são necessárias para que possamos passar para a sociedade... Depois, nós temos um papel fundamental que é divulgar o que foi aprovado no PPA, o que está previsto em cada região, para que a própria sociedade possa fiscalizar e aí fazer a avaliação que também está prevista no próprio PPA. Então, para que a sociedade possa acompanhar passo a passo todo trabalho feito pelo Governo.

Discordo de muitas coisas que foram ditas aqui. Não vou entrar no mérito dessa discussão, porque vem aí a discussão política. É o Governo passado fez assim, deixou de fazer assim. O Governo passado, eu acho, cumpriu com o seu dever. Foi um Governo que pegou este Estado arrebitado. Desde 83, nenhum Governo passou para outro Governo sem que o salário estivesse rigorosamente em dia. Vocês mesmo sabem quando o Governador Dante de Oliveira assumiu este Estado em que situação que estava, de insolvência do Estado. Portanto, é uma discussão mais que política e não cabe aqui essa discussão.

O que precisa fazer é segurança. Para fazer segurança, é preciso priorizar. E priorizar é investir na viatura, na formação do policial, no armamento, no salário do servidor. É isso que precisa ser feito e precisa ter recurso para isso.

Fico tranqüilo, porque aqui o Secretário me disse que vai fazer algum remanejamento, principalmente na Fonte 100. Então, a segurança tem o recurso necessário para atender a população de Mato Grosso no ano que vem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero, neste momento, perguntar... Eu pedi para a minha assessoria...

Bem, a última pergunta, porque eu passarei para todos fazerem as considerações finais...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

A Deputada Verinha Araújo tem razão em estar preocupada com o Estatuto da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Sistema Prisional. Parece-me que o Sistema Prisional já chegou por aqui. Parece-me. É a informação que chegou a mim. Eu tenho uma decisão que está me preocupando, que vou falar a todos aqui. Se vierem todos esses projetos muito em cima, eu tenho que decidir com o Presidente da Assembléia Legislativa para votar no ano que vem. É uma forma de não cometermos atropelamentos e votarmos essas coisas sem uma discussão mais aberta e democrática.

Eu estou muito preocupado, inclusive queria parabenizar o Governador Blairo Maggi, que recebeu os peritos, os legistas, os papiloscopistas. Sabem o que ele falou? Ele sugeriu a todos os técnicos da Segurança Pública que votassem a matéria no início do ano que vem para discutir mais. O próprio Governador quer discutir. Eu achei bonita a sua atitude. Ele recebeu os delegados, os peritos, os legistas, os papiloscopistas, os odonto-legistas. Até os peritos tiveram a decisão, e está aqui o Márcio, presidente do sindicato, de não colocar em votação neste ano. Se é para votar de afogadilho, é melhor deixar para o ano que vem. Então, essa é uma questão que eu acho que vamos ter que discutir e peço a todas as categorias que façam uma análise. A Deputada Verinha Araújo está dizendo aqui que o Sistema Prisional não, porque está tudo acordado e não tem problemas. Mas aqueles que não estão é melhor avaliar melhor.

Neste momento, eu passo a palavra ao Secretário Yênes Magalhães, para suas considerações finais.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputado, mais uma vez quero parabenizar a Assembléia Legislativa, porque eu solicitei aos Srs. Deputados que essas audiências pudessem ser de uma forma que eu pudesse participar de todas. Faço questão de participar de todas, porque compete à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral tentar pelo menos ter a visão do todo da gestão do Governo do Estado.

Sem dúvida alguma, são inúmeras as vontades. Eu sou pai, tenho filhos e, sem dúvida alguma, segurança é uma coisa que toca profundo em cada um de nós. Então, o que eu posso dizer neste momento é que da parte do Governador Blairo Maggi, sem dúvida alguma, não vai faltar aquilo que for necessário para buscar dar segurança, principalmente à família mato-grossense. Eu digo à família, porque na segurança pública, nós estamos nos preocupando muito com ela, não só com o que diz respeito ao policial em si, a veículos, ao armamento, ao Sistema Prisional. Há uma preocupação quando se busca uma discussão muito mais ampliada no que diz respeito à educação, à saúde.

Eu tenho certeza, Deputado Carlão Nascimento, de que a saúde vai cumprir os 10,33%. Tem que cumprir, porque senão o problema vai ser meu no final do ano.

A questão de emprego, Mato Grosso é o Estado que mais gerou emprego este ano, proporcionalmente. E a questão de moradia também, uma política de retomada, e que nós sabemos que passa por aí a questão da criminalidade. Na verdade, essa é uma discussão muito mais abrangente. Questão de segurança pública diz respeito à célula *mater* da sociedade, que é a família. Esse é um ponto que nós precisamos retomar, precisamos discutir, porque eu acho que é aí que está o problema.

Nós precisamos investir mais na questão religiosa, da família em si, porque quem tem família, nós dissemos até brincando, mas falamos que “Fulano tem berço”. Quer dizer, teve educação de casa. E hoje a necessidade do pai e da mãe terem que trabalhar está fazendo com que se busque educação na escola. Educação na escola não vai formar o homem e a mulher do dia de amanhã.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

Também queria ressaltar um aspecto muito importante que eu não posso deixar passar batido, Deputada Verinha Araújo, que é a questão das parcerias pública e privada, que está aí, um projeto de lei que o Presidente Lula deve estar aprovando ainda este ano e que vai proporcionar, não só à União, mas aos Estados poderem buscar de alguma forma resolver o seu problema, porque Mato Grosso é o segundo Estado que mais deve neste País. E como resolver o problema do Orçamento se tem cem e, na divisão, cada um quer cento e um. Quer dizer, cem para todos. É muito difícil chegarmos a esse número. Por isso, eu sempre volto àquela questão de elegermos prioridade para que possamos realmente aí definir.

Em relação à questão do servidor público, com toda a dificuldade que o Estado tem... E aí, Deputado Carlão Nascimento, eu acho que o mais importante de tudo não é ficarmos dizendo o que o Governo passado fez ou deixou de fazer, o que nós temos que fazer, e Vossa Excelência me conhece muito bem, é nos unirmos. Esquecermos questões partidárias e buscarmos ver o que nós vamos conseguir fazer para a população.

Em todas as minhas falas, a maioria de vocês já me viram falar, eu sempre concludo, Deputado Zé Carlos do Pátio, perguntando: que futuro nós queremos para os nossos filhos? E é só isso. Quando falamos em filho, faz com que possamos estar debruçando e fazendo aquilo que é nossa obrigação. Mas muitos de nós tem feito além do que é a obrigação, para que possamos estar somando e tentando minimizar os problemas da nossa população.

Eu, mais uma vez, quero agradecer e, em nome do Governador, falando por mim, e o Secretário Célio Wilson também vai ter oportunidade de falar, nos colocamos à disposição para que possamos ver o que fazer.

Eu já estou preocupado com a Deputada Verinha Araújo, porque ela está ficando exímia na questão do Orçamento, ela está estudando demais e tem hora que ela já está me pegando no pulo. E eu acabei de falar com ela aqui: “Deputada Verinha Araújo, você sabe muito bem. Na hora que você abre o Orçamento, em pessoal, custeio e investimento, não tem muito o que se mexer. Os Deputados vão ter muita dificuldade para fazer o Orçamento, porque a grande maioria dele, 95% está calcado naquilo que é vinculado ou é pessoal.

Então, é muito difícil! Eu disse, Secretário Célio Wilson, aos Deputados, eu tenho dito isso em todas as audiências públicas. Eu sou Secretário igual ao Secretário Célio Wilson, eu sou parceiro do Secretário Célio Wilson, nós estamos juntos, e falo que é aqui que o Secretário vem para ser sabatinado.

**O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO)** - Agora, Secretário, eu vou fazer uma ponderação. Há já um debate nos corredores da Assembléia, que o Governo subestimou o Orçamento. Sabe o que é subestimar o Orçamento? Quer dizer, colocar o Orçamento aquém do valor real daquilo que será arrecadado. Inclusive, nós estamos fazendo análises técnicas, porque o próprio Governador chegou a mim esta semana e falou assim: “Deputado, vamos começar a discutir essa questão do salário dos professores da rede estadual?”. Estava a Deputada Verinha Araújo junto comigo. Porque até pouco tempo 82% do Orçamento da Educação era para a folha, agora já está caindo para 74%. Está havendo uma reação muito forte do Orçamento.

Ora, se está havendo uma reação muito forte, o Orçamento está sendo subestimado e se está sendo subestimado, isso é ruim, isso é ruim! Porque de repente, nós vamos subestimar também o Orçamento da Segurança, da Educação. Inclusive, a análise que nós estamos tendo, já é uma conversa que eu tive com o Presidente da Assembléia, e o próprio Presidente da Assembléia concorda comigo, é que está sendo subestimado o Orçamento em torno de 300 a 400 milhões de reais. Eu quero deixar isso claro, que isso não é bom. Inclusive, eu quero, Sr. Secretário, pedir o seu apoio, antes de terminar a sua falar, pedir o seu apoio para ajudar a melhorar um pouco o Orçamento

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

da Segurança. Eu saio daqui desestimulado, porque parece assim, sabe a sensação que eu tive? Parece que está tudo bem. Parece que está ótimo. Nós estamos saindo daqui todo mundo feliz. E eu sinto que não está bem e quero o apoio do senhor para nos ajudar a melhorar o Orçamento da Segurança Pública.

Eu quero que o senhor se sente com o Deputado Carlão Nascimento, que é o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, e com a Comissão de Segurança Pública e Comunitária e reveja algumas questões pontuais. Eu estou muito preocupado com o Orçamento, nós precisamos disso. Eu vou dizer mais, vou dizer mais, eu não vou citar o nome, mas tem duas secretarias e uma instituição que já nos procuraram para pedir apoio para melhorar o Orçamento. Está havendo Secretário estadual nos procurando aqui desesperado! Eu não posso falar aqui publicamente, porque senão, amanhã, o secretário pode ser demitido. O secretário já tem o compromisso da Presidência da Assembléia Legislativa e o nosso para ajudar a melhorar o Orçamento. Na verdade, o que aconteceu? Cresceu demais o Orçamento em algumas áreas e encolheu em outras!

Eu, como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, sabe a sensação que eu iria ter hoje? De angústia. Angústia de não conseguir melhorar o Orçamento de vocês, mas eu saio daqui extremamente conformado, como está o povo brasileiro, conformado com muitas coisas, que está tudo bem. Embora eu não vá sair sozinho com esse espírito, não. Eu vou tentar resgatar alguma coisa para melhorar o Orçamento da Segurança Pública.

Eu preciso do apoio do senhor, Secretário, eu acho que houve um erro de avaliação na hora de fazer o Orçamento da Segurança, até porque o meu mandato vence agora, um ano que cada Deputado tem para ser presidente de uma comissão. Eu quero fechar o nosso mandato com chave de ouro, entregar para o próximo colega que assumir a Comissão de Segurança Pública e Comunitária, orgulhoso da nossa segurança pública, orgulhoso daquilo que nós queremos para nossa população.

Com a palavra, o Secretário para suas considerações finais.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Só para concluir, Deputado... Pois não, Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Sobre o PPP, que é a Parceria Público-Privada, é um projeto que o Governo Federal protocolou no Congresso Nacional, na semana retrasada, que está em regime de urgência, tem 45 dias para ser votado, nós temos até o projeto em mãos.

Secretário Yênes, na verdade, o projeto tem como objetivo a área infra-estrutural, que seria estradas, saneamento e energia elétrica. Depois seria interessante que discutíssemos, mas ele amarra completamente, inclusive a questão dos recursos, a forma da destinação, o controle, a fiscalização, quer dizer, ele é a nossa preocupação com relação aos consórcios hoje do Estado para recuperação de estradas e nós temos que ter uma legislação sobre isso, essa é uma preocupação nossa que os consórcios estão com recursos públicos, mas até o momento não tem nada legalizado na Assembléia Legislativa com relação a esse consórcio.

Então, precisamos legalizar, porque senão o Governo vai ter problemas na sua prestação de contas para o ano de 2003.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Deputada Verinha Araújo, com relação à questão da PPP, a partir do momento que se consegue recurso para um setor, automaticamente, consegue-se liberar para poder atender as outras necessidades. Com relação à questão que o Deputado Riva coloca, Sr. Presidente, o Orçamento deste ano nós vamos fechá-lo provavelmente com um excesso de arrecadação na ordem de 21% e foi projetado para o ano que vem 25% já no Orçamento. Então, ele não é irreal, nós estamos projetando 25%. Tomara que dê 30%, 32%, quanto mais der, melhor. E

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

aí, esse fórum, eu não saio daqui triste porque de todas as audiências públicas foi a melhor, pela participação da população e é porque é prioridade.

Então, eu saio daqui, como Secretário de Planejamento, e levarei para o Governador que o assunto segurança pública continua sendo prioridade, senão estaria vazio aqui. Eu saio daqui com essa sensação de junto com o Secretário Célio Wilson, quer dizer, aí não é nem junto com o Secretário Célio Wilson, porque o Sr. Célio Wilson é o Secretário de Segurança... É meu papel colocar para o Governador que nós estamos participando junto à Assembléia Legislativa, a população está muito mais preocupada com a segurança, senão não estaria aqui. Aí eu sinto que realmente nós vamos conseguir avançar.

Concluindo, eu agradeço mais uma vez, principalmente a participação dos senhores que estão aqui, porque o objetivo nosso... Quando o Deputado Carlão Nascimento fez algumas cobranças, ele está coberto de razão, ele sabe, ele encaminhou os documentos a mim. Aquilo que é minha responsabilidade, eu já encaminhei, mas tem coisas que não dependem só de mim, dependem de outras Secretarias e nós estamos buscando atender essas necessidades porque não é nem questão de solicitação da Assembléia Legislativa, é questão de cumprimento de uma norma estabelecida por lei e que tem que ser cumprida.

Então, nós estamos buscando junto ao Secretário competente, que é responsável por encaminhar esses estudos, para que nós possamos realmente trabalhar com números mais próximos da realidade possível.

Mais uma vez eu quero agradecer a oportunidade, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu já tinha conversado com o Deputado Carlão Nascimento, com a Deputada Verinha Araújo, estou tendo a oportunidade agora com Vossa Excelência, nós estaremos totalmente à disposição para que nós possamos fazer as alterações possíveis se fizer. São possíveis, depende só dos senhores, neste momento. Da parte do Governo do Estado, estamos à disposição. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública, Promotor Célio Wilson.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Deputado Zé Carlos do Pátio, primeiramente, gostaria de agradecer mais uma oportunidade de comparecer à Comissão de Segurança Pública e Comunitária e de prestar alguns esclarecimentos. Gostaria, em particular, de agradecer ao senhor que sempre tem sido um parceiro mesmo da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

O Deputado Zé Carlos do Pátio, apesar de talvez não estar alinhado, vamos dizer assim, na bancada governista, por causa do partido dele, sempre tem defendido os interesses da segurança pública, tem sido um companheiro muito grande ali. Em Rondonópolis, tem atendido os interesses de Rondonópolis e do Estado de Mato Grosso de um modo geral.

Eu não me sinto, Deputado, digamos assim, frustrado, não, com essa situação, com a questão orçamentária, até porque nós temos tido, no dia a dia, as respostas que nós esperamos no que se refere aos investimentos de segurança pública.

Nós vamos fechar o ano com um avanço significativo não apenas no que se refere a aumento de efetivo, aquisição de viaturas, não, mas naquilo que nós julgamos mais importante que é a capacitação. Eu acho que nunca houve tanta capacitação, tanto treinamento de policiais, tanto civis como militares, como aconteceu esse ano. Eu acho que o maior investimento que nós temos de fazer é sim no efetivo, no policial, na pessoa que faz o dia a dia da segurança pública.

Eu sinto não poder falar a respeito de vencimento, por exemplo, porque isso foge, extrapola, afasta a segurança pública, mas as pessoas que acompanharam ali toda aquela movimentação, toda a discussão de realinhamento que ocorreu, neste ano, na Polícia Civil, na

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

---

Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, também sabe qual é a nossa posição em relação a isso. Não precisa deixar muito claro que não dá para falar em prioridade da segurança pública e segurança pública como prioridade se não houver salário digno. Isso sempre eu deixei bem claro e não escondo. Não escondo, também, não fujo e não tenho medo de mostrar a cara, Deputado, e colocar que não significa que não estamos satisfeitos com o Orçamento. Como o Deputado Carlão Nascimento colocou, nós falamos aqui em reajuste, mas tem a questão da Fonte-100, sim. Nós entendemos que há necessidade de um valor. Até no aprimoramento do Orçamento, inclusive naquela última audiência pública que nós fizemos, foi entregue essa planilha - eu não sei se Vossa Excelência se recorda - colocando o Orçamento desse ano, o que está previsto e o que nós entendemos como ideal.

Eu acho que não tenho que esconder isso, ou ter medo de perder o cargo, isso e aquilo, porque não dá para fugir de uma realidade. Agora, eu deixei bem claro quando disse que não fico preocupado, porque confio no Governador, confio no Secretário Yênes Magalhães, confio no Secretário Waldir. Eu sei que eles dão e sempre deram a resposta no momento certo. A discussão do Orçamento está apenas começando na Assembléia Legislativa. E essas correções, eu tenho certeza, serão feitas aqui e outras poderão ser feitas com remanejamento. Nem tudo que consta no Orçamento quer dizer que deva ser ou que deverá, efetivamente, ser realizado. Durante muito tempo, o Orçamento foi mera peça de ficção. Era mera expectativa de realização de despesa. Nós queremos chegar o mais próximo possível da realidade. Nós temos consciência de que algumas coisas poderão não se concretizar. Aí sim, nós teremos condições de fazer os remanejamentos necessários para outras atividades, para ações, dentro daquilo que entendermos prioritárias.

Então, eu não me sinto tão preocupado quanto Vossa Excelência, porque, hoje, eu vivo no Governo e sei do compromisso do Secretário Yênes Magalhães com a segurança, que o Secretário Waldir Teis tem e que o próprio Governador tem. Nós tivemos, ainda esta semana, uma discussão com relação à questão financeira. Tudo aquilo que nós tivermos condições de demandar esse ano, mais um pouco, será demandado. A Secretaria de Justiça e Segurança Pública, entre todas as Secretarias, foi a que mais realizou pregões. Foram cento e três pregões durante o ano. Em segundo lugar, ficou a Secretaria de Saúde, com cinquenta e quatro pregões. Então, nós podemos garantir, demonstrar com isso que houve um avanço, sem dúvida, nos investimentos. O Orçamento deixou, pelo menos para nós da Secretaria de Segurança, de ser uma peça de ficção para se tornar uma realidade. Nós estamos demandando, praticamente, tudo aquilo que estava previsto. Só não vamos demandar aquilo que não tivermos condições de fazer, talvez, até por falta de estrutura da própria Secretaria e das instituições que a compõem.

Então, eu tenho absoluta tranquilidade em relação ao compromisso que o Secretário Yênes Magalhães tem, que o Governador tem, que o Secretário Waldir Teis tem, até porque até agora não tem faltado nada à segurança. Temos problemas administrativos? Temos. Resolvemos 100% dos problemas? Não. Nós temos ainda um caminho muito longo para percorrermos, para chegarmos, inclusive, a uma estrutura, vamos dizer assim, que consiga dar as respostas na hora de realizar os investimentos. Então, há muita coisa pela frente para ser feita, mas eu tenho a absoluta tranquilidade de que aquilo que é prioridade para o Governo será concretizado.

Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade, Deputado. Estaremos sempre à disposição. Eu estou tão por fora da questão política. Isso não é o meu forte. Eu não sou político. Eu venho aqui para visitar os amigos, mais o Deputado Zé Carlos do Pátio em função da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, mas, sinceramente, eu não estou muito ligado a essa questão política.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, NO DIA 1º DE**  
**DEZEMBRO DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, eu quero agradecer o Secretário de Justiça e Segurança Pública, Dr. Célio Wilson; o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Yênes Magalhães; o Coronel José Guilherme, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso; o Coronel Orestes Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; o Dr. Romel, Diretor da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, e o Secretário Adjunto de Gestão, Dr. César, que vem fazendo uns convênios interessantes em combate à questão de recuperação de pessoas drogadas e há algum tempo atrás fez um projeto muito interessante nessa questão.

Eu quero agradecer a Deputada Verinha Araújo. E nós temos que elogiar a Deputada Verinha Araújo, porque ela se faz presente em todas as audiências, em todos os trabalhos parlamentares. E isso é um orgulho para nós.

Eu quero agradecer a presença do Deputado Carlão Nascimento, que será um Deputado referência na discussão do PPA e do Orçamento, peça principal nesse debate. Ele e o Secretário Yênes Magalhães.

Eu quero aqui, neste momento, dizer, Secretário Célio Wilson, que Vossa Excelência pode contar com o nosso apoio. O que nós pudermos fazer para ajudar a segurança pública, tanto no Orçamento, quanto nas ações, o faremos. Eu tenho certeza de que o Secretário Yênes Magalhães, que já demonstrou em outras oportunidades ser um Secretário extremamente democrata, que vem aqui para esta Casa, que passa dois, três dias debatendo projetos conosco, também terá a sensibilidade de nos ajudar a melhorar a questão do Orçamento da Segurança Pública.

No mais, agradecemos a todas as autoridades, a todas as lideranças e a sociedade que participou aqui.

Neste momento, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado (PALMAS).

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa.